



# DIOGRANDE

## DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS

Registro n. 26.965, Livro A-48, Protocolo n. 244.286, Livro A-10  
4º Registro Notarial e Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XIX n. 8.294 - quarta-feira, 22 de abril de 2026

12 páginas

### EDIÇÃO EXTRA

#### PARTE I

#### PODER EXECUTIVO

##### LEIS

**LEI n. 7.612, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**Institui, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção de Sinistros contra o Ciclista.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção de Sinistros contra o Ciclista, a ser realizada, anualmente, na semana que compreende o dia 10 de março, em alusão ao Dia Municipal de Conscientização e Proteção ao Ciclista.

**Art. 2º** A Semana Municipal de Conscientização e Prevenção de Sinistros contra o Ciclista tem por objetivos:

**I** - promover a conscientização da sociedade sobre os direitos e deveres dos ciclistas no trânsito urbano e a importância de sua proteção;

**II** - incentivar o respeito mútuo entre ciclistas, motoristas, pedestres e usuários do transporte coletivo;

**III** - reduzir o número de sinistros de trânsito envolvendo ciclistas, com foco na prevenção e na responsabilidade compartilhada;

**IV** - fomentar o uso seguro da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e democrático;

**V** - estimular a adoção de políticas públicas e infraestrutura voltadas à mobilidade ativa e ao planejamento urbano cicloviário.

**Art. 3º** Durante a semana instituída por esta Lei, poderão ser realizadas ações como:

**I** - campanhas educativas em escolas, universidades, empresas, órgãos públicos, meios de comunicação e redes sociais;

**II** - palestras, audiências públicas, seminários, oficinas, pedaladas públicas e atividades culturais;

**III** - distribuição de materiais informativos e educativos;

**IV** - parcerias com ciclistas, coletivos urbanos, organizações da sociedade civil, associações de bairro e órgãos de trânsito;

**V** - instalação de sinalizações e dispositivos de segurança em pontos críticos da malha viária, identificados com maior risco de acidentes envolvendo ciclistas.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**LEI N. 7.613, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**Dispõe sobre a gestão democrática e a eleição direta dos diretores escolares e diretores adjuntos das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande-MS, e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO I DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REME

**Art. 1º** A gestão democrática do ensino público, princípio estabelecido no Art. n. 206, inciso VI, da Constituição Federal, na Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei n. 4.507/2007 e na Meta n. 19 do Plano Municipal de Educação do Município de Campo Grande-MS, será exercida na forma desta Lei, observados os seguintes preceitos:

**I** - autonomia das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino (REME) na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

**II** - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;

**III** - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;

**IV** - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

**V** - garantia da descentralização do processo educacional;

**VI** - valorização dos profissionais da educação;

**VII** - eficiência no uso dos recursos.

**Parágrafo único.** O órgão colegiado das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino (REME) é o Conselho Escolar.

PREFEITA.....	Adriane Barbosa Nogueira Lopes
Vice-Prefeita.....	Camilla Nascimento de Oliveira
Procuradora-Geral do Município .....	Cecília Saad Cruz Rizkallah
Secretária Especial da Casa Civil .....	Thelma Fernandes Mendes Nogueira Lopes
Secretário Munic. de Governo e Relações Institucionais .....	Ulisses da Silva Rocha
Controlador-Geral do Município .....	Elton Dione de Souza
Secretário Especial de Segurança e Defesa Social .....	Anderson Gonzaga da Silva Assis
Secretário Munic. da Fazenda .....	Isaac José de Araujo
Secretária Munic. de Administração e Inovação .....	Andréa Alves Ferreira Rocha
Secretário Especial de Articulação Regional .....	Darci Caldo
Secretária Especial de Planejamento e Parcerias Estratégicas .....	Catiana Sabadin Zamarrenho
Secretário Especial de Licitações e Contratos .....	André de Moura Brandão
Secretário Munic. de Infraestrutura e Serviços Públicos .....	
Secretário Munic. de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável .....	Ademar Silva Júnior
Secretário Munic. de Educação.....	Lucas Henrique Bitencourt de Souza
Secretário Munic. de Saúde.....	Marcelo Luiz Brandão Vilela

Secretária Munic. de Assistência Social e Cidadania .....	
.....	Camilla Nascimento de Oliveira
Secretária Executiva da Mulher .....	Maria Angélica Fontanari de Carvalho e Silva
Secretário Executivo da Juventude .....	Paulo César Lands Filho
Diretor-Presidente do Instituto Munic. de Previdência de Campo Grande .....	
.....	Marcos Cesar Malaquias Tabosa
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Habitação e Assuntos Fundiários .....	
.....	Claúdio Marques Costa Júnior
Diretora-Presidente da Agência Munic. de Meio Ambiente e Planejamento Urbano ..	
.....	Berenice Maria Jacob Domingues
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Regulação dos Serviços Públicos.....	
.....	Paulo da Silva
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Transporte e Trânsito .....	Ciro Vieira Ferreira
Diretor-Presidente da Agência Munic. de Tecnologia da Informação e Inovação .....	
.....	Leandro Elias Basmage Pinheiro Machado
Diretor-Presidente da Fundação Munic de Cultura .....	Valdir João Gomes de Oliveira
Diretor-Presidente da Fundação Munic de Esportes .....	
.....	Maicon Luiz Mommad
Diretor-Presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande .....	
.....	João Henrique Lima Bezerra

**Art. 2º** As instituições de ensino da REME são dotadas de autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica, sob a orientação, acompanhamento e supervisão da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

**Art. 3º** A gestão democrática das instituições de ensino da REME será exercida pelas seguintes instâncias:

**I** - Diretor escolar;

**II** - Diretor adjunto, observando-se o disposto no inciso II do art. 7º;

**III** - Conselho Escolar;

**IV** - Associação de Pais e Mestres (APM);

**V** - Grêmio Estudantil, quando houver.

§ 1º O Conselho Escolar é o órgão colegiado, instituído por normas próprias, corresponsável pela gestão da instituição de ensino da REME, juntamente com a direção escolar.

§ 2º A Associação de Pais e Mestres (APM), unidade executora dos recursos financeiros, é uma entidade civil com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, regida por estatuto definido por seus membros, em consonância com a legislação específica e as diretrizes do colegiado da instituição de ensino da REME.

§ 3º O Grêmio Estudantil é uma organização autônoma e representativa dos interesses dos alunos e possui finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

**Art. 4º** A gestão democrática nas instituições de ensino da REME será assegurada mediante:

**I** - a escolha do diretor escolar e do diretor adjunto pela comunidade escolar, por meio de eleição direta, voto secreto e paritário;

**II** - a escolha de representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar para integrar o conselho escolar, conforme norma própria;

**III** - garantia de participação dos segmentos da comunidade escolar nas deliberações do conselho escolar;

**IV** - possibilidade de destituição do diretor escolar e do diretor adjunto, após o devido processo legal, instaurado pela SEMED, em consonância com a legislação específica.

**Art. 5º** O Conselho Escolar, o diretor escolar e o diretor adjunto integram a direção colegiada, instância máxima de decisão das instituições de ensino da REME.

**Art. 6º** Os diretores escolares e diretores adjuntos das instituições de ensino da REME serão escolhidos por meio de eleição direta, pelo voto secreto e paritário, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, nos termos desta Lei.

## TÍTULO II DO PROCESSO ELEITORAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REME

### CAPÍTULO I DO PROCESSO ELEITORAL

**Art. 7º** O processo eleitoral para eleição dos diretores escolares e diretores adjuntos das instituições de ensino da REME dar-se-á por eleição direta e contará com a participação da comunidade escolar, observando-se as seguintes condições:

**I** - nas instituições de ensino da REME com até 700 (setecentos) alunos, será eleito somente o diretor escolar;

**II** - nas instituições de ensino da REME, com mais de 700 (setecentos) alunos ou três turnos de funcionamento ou mais de 350 (trezentos e cinquenta) alunos atendidos em tempo integral, serão eleitos diretores escolares e diretores adjuntos.

**Parágrafo único.** Para efeito de cálculo do número de alunos, será considerado como parâmetro o Censo Escolar.

**Art. 8º** A candidatura a diretor escolar e diretor adjunto no processo eleitoral nas instituições de ensino da REME será assegurada aos profissionais interessados, desde que sejam professores ou especialistas em educação, efetivos do grupo do magistério municipal, e atendam às condições previstas no art. 14 desta Lei.

### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ELEITORAL

**Art. 9º** Compete à SEMED a designação dos membros da comissão especial do processo eleitoral das instituições de ensino da REME, a qual caberá a organização, realização e fiscalização do processo eleitoral.

**Art. 10.** A comissão especial do processo eleitoral terá a seguinte composição:

**I** - um coordenador indicado pelo titular da SEMED;

**II** - um representante da Superintendência de Gestão Escolar e Normas (SUGENOR/SEMED);

**III** - um representante da Divisão de Normas Educacionais (DNE/SEMED);

**IV** - um representante da Divisão de Gestão Escolar (DGE/SEMED);

**V** - um representante da Assessoria Jurídica (AJUR/SEMED);

**VI** - um representante da Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE/SEMED);

**VII** - um representante do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP).

**Parágrafo único.** A organização interna para a realização dos trabalhos eleitorais, com a designação de funções dos membros, será da competência da comissão, tratada em reunião específica.

**Art. 11.** Caberá à comissão especial do processo eleitoral as seguintes atribuições:

**I** - organizar, coordenar e fiscalizar o processo eleitoral nas instituições de ensino da REME;

**II** - estabelecer o calendário eleitoral;

**III** - receber, analisar, homologar as inscrições deferidas dos candidatos às respectivas funções e publicar o ato de homologação no Diogrande;

**IV** - comunicar, por escrito, ao profissional interessado, o indeferimento de inscrição no processo eleitoral, e assegurar-lhe prazo para recurso;

**V** - orientar e apoiar as comissões eleitorais das instituições de ensino da REME, no desempenho e nas atribuições concernentes à realização do processo eleitoral;

**VI** - acompanhar o processo eleitoral nas instituições de ensino da REME;

**VII** - receber, analisar, julgar os recursos e indicar relator para a emissão de parecer, se for o caso;

**VIII** - receber, analisar, e julgar os registros de possíveis irregularidades do processo eleitoral encaminhados pela comissão eleitoral escolar;

**IX** - homologar o resultado final do processo eleitoral, de acordo com o resultado apurado em cada instituição de ensino da REME.

**Art. 12.** As comissões eleitorais das instituições de ensino da REME, previstas no inciso V do artigo anterior, serão criadas e organizadas sob a coordenação da comissão especial e atuarão diretamente na realização e fiscalização do processo eleitoral nas instituições, e terão a seguinte composição:

**I** - um membro representante do Conselho Escolar;

**II** - um professor efetivo ou, na ausência, um professor convocado do grupo do magistério;

**III** - um servidor integrante da equipe pedagógica;

**IV** - um profissional efetivo ou, na ausência, um profissional contratado do grupo do administrativo;

**V** - um pai, mãe ou responsável.

§ 1º As instituições de ensino da REME que atendem somente a etapa da educação infantil e que não contarem com o quantitativo de membros para a formação da comissão eleitoral deverão solicitar à comissão especial do processo eleitoral a designação de servidor lotado na Superintendência de Gestão Escolar e Normas (SUGENOR/SEMED).

§ 2º Caberá ao Conselho Escolar utilizar mecanismos, conforme orientações da comissão especial, para a divulgação e a formação da comissão eleitoral das instituições de ensino da REME.

**Art. 13.** Caberá à comissão eleitoral da instituição de ensino da REME:

**I** - organizar e coordenar as eleições, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei;

**II** - assegurar a divulgação do plano de gestão escolar dos candidatos;

**III** - promover mecanismos que assegurem a participação de todos os segmentos no processo eleitoral;

**IV** - elaborar a relação dos votantes, por meio de listas específicas, com a identificação dos nomes dos pais ou do responsável, dos alunos, dos professores, da equipe pedagógica e dos profissionais do grupo do administrativos;

**V** - Cumprir o cronograma estabelecido para as eleições;

**VI** - confeccionar e autenticar as cédulas de votação, com três rubricas, no mínimo;

**VII** - lavrar e encaminhar a ata final das eleições à comissão especial do processo eleitoral, em até 24 horas depois do encerramento das eleições.

### CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

**Art. 14.** A candidatura no processo eleitoral de que trata esta Lei é assegurada aos professores ou especialistas em educação efetivos do grupo do magistério municipal, por meio de inscrição e atendidas às seguintes condições:

**I** - ser profissional efetivo no magistério público municipal de Campo Grande - MS, com estabilidade publicada em diário oficial;

**II** - estar no exercício do grupo efetivo do magistério municipal pelo período mínimo de 1 (um) ano escolar na instituição de ensino onde pretende concorrer à função de diretor escolar e/ou de diretor adjunto, até a data da inscrição, cabendo à Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE/SEMED) expedir declaração;

**III** - possuir formação superior em nível de licenciatura plena e pós-graduação na área da educação (Latu Sensu ou Stricto Sensu);

**IV** - ter disponibilidade para o cumprimento da carga horária integral, distribuída nos turnos de funcionamento da instituição de ensino;

**V** - realizar a formação específica para gestores escolares, conforme oferecida pela SEMED, com assiduidade mínima de 75% (setenta e cinco por cento), e cumprir com os requisitos do referido curso;

**VI** - apresentar plano de gestão escolar.

§ 1º Ao servidor eleito que tiver 20h efetivas em instituição de ensino da REME, a ampliação de carga horária, para o atendimento ao inciso IV, será automática.

§ 2º A formação de que dispõe o inciso V deverá ser realizada pelos candidatos para o período do mandato a qual estiver concorrendo. Não sendo aceitos certificados de formações realizadas para mandatos anteriores.

**Art. 15.** Fica impedido de inscrever-se para concorrer à eleição o servidor que:

**I** - tenha até o 3º grau de parentesco, consanguíneo ou afim, entre si, na mesma

chapa de diretor escolar e diretor adjunto;

**II** - faça parte da comissão especial do processo eleitoral ou da comissão eleitoral da instituição de ensino;

**III** - seja readaptado provisória ou definitivamente;

**IV** - tenha sido responsabilizado em processo de sindicância e em processo administrativo disciplinar, em instância administrativa, ainda que em órgão distinto da Administração Municipal;

**V** - tenha prestação de contas pendentes na SEMED até a data da inscrição, cabendo à Superintendência de Gestão Administrativa e Financeira (SUGEFIN/SEMED) expedir declaração.

**Art. 16.** O profissional interessado em ser candidato a uma das funções eletivas das instituições de ensino da REME deverá formalizar sua inscrição por meio de requerimento direcionado à comissão especial do processo eleitoral, acompanhado dos seguintes documentos:

**I** - diploma de nível superior com licenciatura plena;

**II** - certificado de curso de pós-graduação *Latu Sensu* ou *Stricto Sensu* na área de educação;

**III** - cadastro de pessoa física (CPF);

**IV** - título de eleitor;

**V** - comprovante de quitação eleitoral;

**VI** - declaração citada no inciso V do art. 15, quando necessário;

**VII** - declaração citada no inciso II do art. 14, quando necessário;

**VIII** - plano de gestão escolar;

**IX** - certidões negativas expedidas pelos seguintes órgãos:

a) justiça estadual, de 1ª e 2ª graus, cível e criminal;

b) justiça federal;

c) justiça eleitoral.

**X** - Certificado do curso de gestores escolares, citada no inciso V do art. 14.

§ 1º Os documentos constantes nos incisos de I a IV deste artigo devem ser apresentados em cópias simples e conferidos com os respectivos originais, no momento da inscrição.

§ 2º Quando o interessado em participar do processo eleitoral for candidato a diretor escolar de instituições de ensino da REME com mais de 700 (setecentos) alunos ou três turnos de funcionamento, ou mais de 350 (trezentos e cinquenta) alunos atendidos em tempo integral, o requerimento de inscrição do candidato a diretor escolar deverá ser apresentado junto com a inscrição do candidato a diretor adjunto, em um único formulário, com o qual formará uma chapa, a ser identificada com denominação própria e pelos nomes dos respectivos candidatos.

§ 3º O requerimento de inscrição devidamente assinado e os demais documentos deverão ser entregues, conferidos e acondicionados em envelope lacrado, identificado com o(s) nome(s) do(s) candidato(s) e da instituição de ensino em que se pretende concorrer.

§ 4º Todos os documentos apresentados serão analisados criteriosamente pela comissão especial eleitoral, podendo incorrer em impedimento da candidatura caso sejam identificadas inconformidades.

#### **CAPÍTULO IV DOS CANDIDATOS E DAS CHAPAS**

**Art. 17.** Para concorrer às funções de diretor escolar e de diretor adjunto das instituições de ensino da REME com mais de 700 (setecentos) alunos ou três turnos de funcionamento, ou mais de 350 (trezentos e cinquenta) alunos atendidos em tempo integral, os postulantes formarão chapas nos termos mencionados nesta Lei, constando os seus respectivos nomes e a função almejada nas eleições.

**Art. 18.** Os professores ou especialistas em educação interessados em se candidatar à função de diretor escolar ou de diretor adjunto deverão solicitar inscrição para concorrer somente naquela instituição de ensino onde estiverem em exercício de cargo integrante do quadro efetivo do magistério municipal.

**Parágrafo único.** O profissional com lotação em mais de uma instituição de ensino da REME somente poderá ser candidato em uma das instituições de lotação e em uma das funções, diretor ou diretor adjunto.

**Art. 19.** O candidato que infringir as disposições desta Lei terá indeferida a candidatura e responderá pelos atos nos termos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação vigente.

#### **CAPÍTULO V DOS VOTANTES**

**Art. 20.** Os integrantes de cada comunidade escolar com direito a voto, de forma individual no processo eleitoral das instituições de ensino da REME são os seguintes:

**I** - os profissionais efetivos e contratados do grupo do magistério das instituições de ensino da REME;

**II** - os profissionais efetivos e contratados do grupo do administrativo das instituições de ensino da REME;

**III** - os alunos com idade mínima de dez anos, até a data da eleição;

**IV** - o pai e a mãe ou o responsável dos alunos na instituição de ensino.

§ 1º Os votantes previstos nos incisos I e II do art. 20 manterão direito ao voto inclusive se estiverem em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza.

§ 2º Quando o votante pertencer a mais de um segmento da mesma instituição de ensino deverá optar por apenas um deles e registrar seu voto uma única vez.

§ 3º O pai e a mãe ou o responsável, independentemente do número de filhos ou representado em uma mesma instituição de ensino da REME, terão direito individual ao voto.

§ 4º O pai, a mãe ou o responsável, os quais tenham filhos ou representados matriculados em mais de uma instituição de ensino da REME, poderão exercer o direito de votar em cada uma delas.

§ 5º Os profissionais da educação que exercem funções em mais de uma instituição de ensino da REME poderão exercer o direito de votar em cada uma delas.

§ 6º O direito de votar é pessoal e intransferível, sendo vedado o voto por procuração.

#### **CAPÍTULO VI DA CAMPANHA ELEITORAL**

**Art. 21.** Caberá à comissão eleitoral escolar organizar, acompanhar e fiscalizar a participação dos candidatos em reuniões de campanha com a comunidade escolar das instituições de ensino da REME, para a apresentação do plano de gestão escolar.

**Art. 22.** Para os fins de campanha eleitoral, é permitido ao candidato:

**I** - utilizar redes sociais e veículos de comunicação;

**II** - apresentar o plano de gestão escolar por meio de debates ou outro instrumento de divulgação informativa.

**Art. 23.** É vedado ao candidato, durante o período de campanha eleitoral:

**I** - utilizar aparelhos de som que possam comprometer o andamento das atividades pedagógicas na instituição de ensino da REME;

**II** - distribuir donativos, brindes, camisetas, acessórios, prêmios, realizar sorteios ou a utilização de quaisquer outros meios com objetivo de captação de votos, em violação ao princípio da isonomia;

**III** - promover eventos para a comunidade na instituição de ensino da REME, com fins eleitorais;

**IV** - realizar menção ofensiva aos demais concorrentes ou membros da comunidade escolar;

**V** - descumprir o período oficialmente estabelecido para a campanha eleitoral.

**Parágrafo único.** A comissão eleitoral escolar, ao constatar o possível descumprimento ao Código de Ética dos Servidores Municipais, dos dispositivos deste artigo ou verificar a prática de irregularidades que possam ser atribuídas a um dos candidatos, deverá encaminhar o registro à comissão especial.

**Art. 24.** O período de campanha eleitoral terá início 7 (sete) dias antes da data designada para a realização das eleições.

#### **CAPÍTULO VII DOS FISCAIS**

**Art. 25.** Cada candidato ou chapa poderá indicar um fiscal, por turno, à comissão eleitoral, para acompanhar o processo de votação nas instituições de ensino da REME, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do pleito.

**Art. 26.** Poderá atuar de fiscal o integrante da comunidade escolar apto a votar, vedada a indicação de aluno com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

**Art. 27.** A comissão especial do processo eleitoral deverá solicitar a indicação de um técnico da SEMED para o acompanhamento da votação.

#### **CAPÍTULO VIII DA VOTAÇÃO**

**Art. 28.** Caberá à comissão eleitoral das instituições de ensino da REME a designação de mesas receptoras de votos, necessárias à realização das eleições, com a indicação de, no mínimo, dois mesários escolhidos entre membros da própria comissão e, conforme a necessidade, dois integrantes da comunidade escolar.

**Art. 29.** Os candidatos, familiares e fiscais não poderão integrar as mesas receptoras.

**Art. 30.** Compete às mesas receptoras:

**I** - organizar os trabalhos de votação;

**II** - observar a lista dos votantes habilitados por segmento e conferir os nomes de acordo com o documento de identificação com foto;

**III** - zelar pela ordem, regularidade e legalidade do processo de votação;

**IV** - autenticar, com rubricas, as cédulas de votação, se o processo eleitoral ocorrer por esse sistema;

**V** - solucionar, com a comissão eleitoral escolar, as dúvidas que ocorrerem durante o processo de votação;

**VI** - lavrar em ata o resultado da eleição, com a comissão eleitoral.

**Art. 31.** O voto será secreto e terá valor paritário, distribuído nas instituições de ensino da REME, que ofertam ensino fundamental, nos seguintes percentuais:

**I** - 25% (vinte e cinco por cento) assegurados aos profissionais do grupo do magistério efetivos e contratados na instituição de ensino da REME;

**II** - 25% (vinte e cinco por cento) assegurados aos profissionais administrativos efetivos e contratados na instituição de ensino da REME;

**III** - 25% (vinte e cinco por cento) assegurados aos alunos maiores de dez anos até a data do pleito;

**IV** - 25% (vinte e cinco por cento) assegurados ao pai e à mãe ou aos responsáveis.

**Art. 32.** O voto será secreto e terá valor paritário, distribuído nas instituições de

ensino da REME que oferecem somente a educação infantil, nos seguintes percentuais:  
**I** - 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) assegurados aos profissionais do grupo do magistério efetivos e contratados na instituição de ensino da REME;

**II** - 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) assegurados aos profissionais do grupo administrativo efetivos e contratados na instituição de ensino da REME;

**III** - 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) assegurados ao pai, à mãe ou aos responsáveis.

#### **CAPÍTULO IX DA APURAÇÃO**

**Art. 33.** A comissão eleitoral procederá à abertura das urnas e à contagem dos votos na presença dos candidatos e fiscais, com registro na ata do resultado da apuração.

**Art. 34.** Será considerado eleito o candidato ou a chapa que obtiver a maior percentagem dos votos.

**Parágrafo único.** Em caso de candidatura única, será exigida a maioria simples.

**Art. 35.** Em caso de empate, serão observados os seguintes critérios:

**I** - maior tempo de efetivo exercício na REME de Campo Grande - MS;

**II** - maior tempo de efetivo exercício na instituição de ensino da REME;

**III** - maior titulação na área da educação, considerados, pela ordem, doutorado e mestrado.

**Art. 36.** Concluída a apuração, a comissão eleitoral lavrará a ata do resultado final, com o percentual de votos de cada candidato ou chapa, o quantitativo de votos, inclusive dos nulos e brancos, e divulgará o nome do candidato eleito.

**Art. 37.** Depois da conclusão dos trabalhos, a comissão eleitoral das instituições de ensino da REME encaminhará a ata do resultado final das eleições para a comissão especial do processo eleitoral dos diretores escolares e diretores adjuntos.

**Art. 38.** As cédulas eleitorais utilizadas no processo eleitoral serão embaladas, lacradas e arquivadas nas respectivas instituições de votação, sob a responsabilidade da administração da instituição de ensino da REME, durante 180 (cento e oitenta) dias.

**Art. 39.** O candidato ou a chapa que se sentir prejudicada com o resultado das eleições poderá interpor recurso administrativo, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do horário de divulgação do resultado final.

**Parágrafo único.** O recurso de que se trata o "caput" deste artigo deverá ser apresentado por meio de requerimento dirigido ao coordenador da comissão especial do processo eleitoral das instituições de ensino da REME, mediante documentos comprobatórios.

**Art. 40.** A comissão especial do processo eleitoral das instituições de ensino da REME terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para julgamento do recurso, a partir da data do recebimento.

#### **CAPÍTULO X DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO**

**Art. 41.** A comissão especial de que se trata esta Lei fará a homologação do resultado final das eleições e divulgará os nomes dos candidatos eleitos por meio de publicação no Diogrande.

**Parágrafo único.** A nomeação dar-se-á pelo Chefe do Executivo Municipal.

#### **TÍTULO III DO MANDADO E DA GESTÃO ESCOLAR ELEITA**

##### **CAPÍTULO I DO MANDATO E DA REELEIÇÃO**

**Art. 42.** O mandato do diretor escolar e do diretor adjunto das instituições de ensino da REME de Campo Grande será de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição quantas vezes forem do seu interesse.

**Parágrafo único.** As eleições reguladas por esta Lei serão realizadas a cada 4 (quatro) anos, sempre no último bimestre antes do término do mandato.

**Art. 43.** O exercício do mandato dos diretores escolares observará, além das disposições desta Lei, o disposto no Decreto n. 13.950, de 2 de agosto de 2019 (Código de Ética dos Agentes Públicos Municipais), na Lei Complementar n. 19, de 15 de julho de 1998 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público da Prefeitura Municipal de Campo Grande), na Lei Complementar n. 190, de 22 de dezembro de 2011 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e nas normas estabelecidas no Regimento Escolar das instituições de ensino da REME.

##### **CAPÍTULO II DA VACÂNCIA E DA SUBSTITUIÇÃO**

**Art. 44.** Em caso de vacância na função de diretor escolar e/ou do diretor adjunto, o Chefe do Executivo Municipal designará substituto pró-tempore, indicado pela Secretário Municipal de Educação.

§ 1º Em caso de vacância da função de diretor escolar das instituições de ensino da REME que possuem diretor adjunto, esse assume a função do diretor escolar.

§ 2º Caso o período restante do mandato for inferior a 6 (seis) meses, o substituto será designado para cumprir o restante do mandato na direção escolar.

**Art. 45.** O diretor escolar e/ou diretor adjunto das instituições de ensino da REME poderão renunciar ao mandato por meio de pedido a ser encaminhado em documento próprio à SEMED.

**Art. 46.** O diretor escolar e/ou diretor adjunto das instituições de ensino da REME poderão ser destituídos da respectiva função, com a conseqüente perda do mandato, por ato do Chefe do Executivo Municipal, quando verificadas as seguintes situações:

**I** - ter sido condenado por sentença criminal transitada em julgado, ou quando apenado administrativamente e profissionalmente, mediante o devido processo legal,

instaurado pela SEMED, em consonância com a legislação específica;

**II** - apresentar, espontaneamente, declaração formal de renúncia;

**III** - houver a possibilidade de destituição do diretor escolar e do diretor adjunto, após o devido processo legal, instaurado pela SEMED, em consonância com a legislação específica.

**Parágrafo único.** O diretor escolar e/ou diretor adjunto poderão perder o mandato somente após os procedimentos administrativos da SEMED, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o Estatuto do Servidor Público Municipal de Campo Grande - MS e demais legislações vigentes.

**Art. 47.** O Chefe do Executivo Municipal, por indicação do Secretário Municipal de Educação, e atendidos os requisitos previstos nos arts. 42 e 43 desta Lei, designará profissional habilitado conforme o art. 14, excetuando os incisos II e VI desse dispositivo, para exercer a função de diretor escolar ou diretor adjunto da instituição de ensino da REME, em caráter temporário até a realização de um novo processo eleitoral, no período de até 90 (noventa) dias, quando:

**I** - não houver candidato eleito a diretor escolar e/ou diretor adjunto em instituições de ensino da REME;

**II** - houver a inauguração ou a instalação de instituições de ensino da REME, cujo funcionamento ocorra em período distinto do processo eleitoral da REME;

**III** - houver o afastamento definitivo ou renúncia do diretor escolar e/ou do diretor adjunto de instituição de ensino da REME.

**Art. 48.** Quando ocorrer o afastamento temporário do diretor escolar e/ou do diretor adjunto, por período superior a 90 (noventa) dias consecutivos, será indicado substituto pró-tempore pelo Secretário Municipal de Educação, habilitado conforme o art. 14, excetuando os incisos II e VI desse dispositivo, com correspondente remuneração, na forma prevista pela lei.

**Parágrafo único.** Quando ocorrer o afastamento temporário do diretor escolar e/ou do diretor adjunto, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, será suspensa a gratificação referente à tipologia da escola dos respectivos vencimentos.

#### **CAPÍTULO III DA POSSE**

**Art. 49.** A posse dos candidatos eleitos para a direção escolar e a assinatura do termo de compromisso dar-se-ão conforme normativas da SEMED.

**Art. 50.** O exercício da função dependerá de assinatura de termo de compromisso, no qual o designado se compromete a cumprir os deveres da função, sob a orientação, acompanhamento e supervisão da SEMED, a política pública definida para a educação do Município, as metas estabelecidas pela escola, o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Gestão Escolar, o Estatuto do Magistério, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Código de Ética dos Servidores Municipais, no que couber, as leis específicas acerca da educação e a Constituição Federal.

**Art. 51.** O termo de compromisso assinado no ato de posse terá vigência até 31 de dezembro do último ano do mandato.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 52.** As eleições para as instituições de ensino da REME serão convocadas por edital publicado no Diogrande.

**Art. 53.** Fica assegurado ao profissional em exercício na instituição de ensino da REME, designado para a função de diretor escolar ou de diretor adjunto, conforme os arts. 44, 45, 46 e 47 desta Lei, o direito a candidatar-se ao pleito eleitoral da REME, atendidas às condições dispostas no art. 14 desta Lei, excetuando-se o cumprimento ao inciso II do referido dispositivo.

**Art. 54.** Os casos não previstos nesta Lei serão resolvidos pela comissão especial do processo eleitoral da REME, em conjunto com o titular da SEMED.

**Art. 55.** Ficam revogadas a Lei n. 6.023, de 15 de junho de 2018, a Lei n. 6.922, de 13 de setembro de 2022, e a n. Lei 7.134, de 19 de outubro de 2023.

**Art. 56.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**CAMPO GRANDE/MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
**Prefeita Municipal**

**LEI n. 7.614, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**Institui, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Carteira Municipal de Identificação para Pessoas com Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten - DRGS e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Carteira de Identificação para Pessoas com Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten - DRGS.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, as desordens relacionadas ao glúten são:

**I** - doença celíaca (CID K90.0);

**II** - sensibilidade ao glúten não celíaca;

**III** - alergia ao trigo, cevada, centeio e/ou aveia;

**IV** - ataxia por glúten;

**V** - dermatite herpetiforme (CID L13.0).

**Art. 2º VETADO.**

**I - VETADO.**

**II - VETADO.**

**III - VETADO.**

**IV - VETADO.**

**V - VETADO.**

**VI - VETADO.**

**Art. 3º** A Carteira de Identificação para Pessoas com Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten - DRGS será expedida por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico confirmando o diagnóstico de doença celíaca ou demais desordens relacionadas ao glúten, de seus documentos pessoais, bem como dos documentos de seus pais ou responsáveis legais (Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade e CPF), e comprovante de endereço, em originais e fotocópias.

**Art. 4º** O documento de identificação de que trata esta Lei é instrumento hábil a comprovar a condição de paciente celíaco para fins de fruição de benefícios porventura concedidos a essa categoria de pacientes por serviços de alimentação.

**Art. 5º** Restaurantes, bares, balneários, hotéis e similares não poderão impedir nem cobrar qualquer taxa para que as pessoas com doença celíaca ou demais desordens relacionadas ao glúten, devidamente identificadas com a carteira, possam levar sua refeição especial de acordo com as características de consumo do paciente celíaco.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da implantação e operacionalização desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, mediante suplementação, se necessário.

**Art. 7º VETADO.**

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**LEI n. 7.615, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**Institui, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Política Municipal de Proteção da Mulher e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**, Prefeita Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Política Municipal de Proteção da Mulher.

**Art. 2º** A Política Municipal de Proteção da Mulher terá os seguintes objetivos:

**I** - aplicar a equidade, levando em consideração os aspectos biológicos comuns das mulheres;

**II - VETADO;**

**III** - garantir a utilização de banheiros exclusivos às mulheres biológicas, como forma de resguardar a sua intimidade e de combater todo tipo de importunação ou de constrangimento;

**IV** - promover palestras, aulas, audiências e debates acerca da importância da valorização da mulher em todos os segmentos sociais.

**Art. 3º** O Poder Executivo fica autorizado a promover as adaptações necessárias nas estruturas municipais, bem como a fiscalizar as devidas adaptações em estabelecimentos particulares, para o fim de evitar qualquer tipo de constrangimento contra as mulheres.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**MENSAGEM**

**MENSAGEM n. 18, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA – PROJETO DE LEI N. 12.098/25 – INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS, A CARTEIRA MUNICIPAL DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOAS COM DOENÇA CELÍACA OU DEMAIS DESORDENS RELACIONADAS AO GLÚTEN - DRGS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – MATÉRIA DE INTERESSE LOCAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO EXECUTIVO - INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTS. 2º e 7º - VETO PARCIAL.**

**Senhor Presidente,**

Com base nas prerrogativas estabelecidas no § 1º do art. 42 e no inciso VII, do Art. 67, ambos da Lei Orgânica do Município, comunicamos a essa egrégia Câmara, por intermédio de V. Exa., que decidimos vetar parcialmente no Projeto de Lei n. 12.098/25, que "Institui a Carteira Municipal de Identificação para Portadores de Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten (DRGS) e dá outras providências no âmbito do Município de Campo Grande-MS."

Em consulta à Procuradoria-Geral do Município (PGM), esta manifestou-se pelo veto parcial ao art. 2º, com o entendimento que ingressa, de forma direta na organização administrativa do Poder Executivo ao determinar que a emissão da carteira será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde; e ao art. 7º, justificando que ao assegurar de forma ampla o fornecimento de refeição especial sem glúten durante o período de internação hospitalar, ultrapassa o campo da mera enunciação de diretriz protetiva e passa a interferir diretamente na rotina técnico-assistencial e na organização operacional dos serviços de saúde; Vejamos parecer exarado na íntegra pela PGM:

**“1 - DO RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer referente ao Projeto de Lei n. 12.098/25, aprovado pela Câmara Municipal de Campo Grande, e que "institui, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Carteira Municipal de Identificação para Pessoas com Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten - DRGS e dá outras providências".

**2 - DA FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, cujo objeto consiste na instituição da Carteira Municipal de Identificação para Pessoas com Doença Celíaca ou Demais Desordens Relacionadas ao Glúten.

Compreendido o contexto em que o projeto de lei se coloca, é preciso avaliar sua viabilidade sob a perspectiva *jurídico-formal* e *jurídico-material*.

A Constituição Federal, em seu art. 18, estabelece uma igualdade de tratamento entre o Município e os demais entes federativos, assegurando-lhe autonomia governamental, administrativa e legislativa no âmbito de sua competência. Assim, da autonomia, constitucionalmente assegurada ao Município, decorre a triplíce capacidade: de autogoverno, autoadministração e auto-organização.

O Município é competente para legislar acerca de assuntos de interesse local, conforma art. 30, I, da Constituição Federal:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

A Constituição da República assegura a saúde como direito de todos e dever do Estado, a ser garantido por políticas sociais e econômicas voltadas à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

A criação, por lei, de um estatuto protetivo mínimo para pessoas com doença celíaca ou outras desordens relacionadas ao glúten guarda nexos com o interesse local, com a proteção da saúde pública e com a defesa do consumidor, sobretudo, porque tais condições demandam cautelas cotidianas relacionadas ao acesso seguro à alimentação.

Também não se vislumbra nenhum vício formal (*propriamente dito*) por violação de regras de iniciativa, já que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, não incorrendo o tema em matéria de iniciativa privativa do prefeito, consoante com o art. 36 da Lei Orgânica do Município, ressalvada exceção apontada abaixo.

No caso em exame, o art. 1º apenas institui a carteira, enquanto o art. 3º estabelece um núcleo mínimo documental para o requerimento, sem, por si, reorganizar a máquina pública.

Já, o art. 4º confere função probatória ao documento, o art. 5º veicula norma protetiva de alcance local, voltada a impedir constrangimentos indevidos ou cobranças adicionais para que a pessoa leve refeição compatível com sua condição clínica e o art. 6º contém cláusula orçamentária genérica.

Os pontos de invalidade jurídica concentram-se nos artigos 2º e 7º do projeto aprovado.

O **artigo 2º** ingressa, de forma direta na organização administrativa do Poder Executivo ao determinar que a emissão da carteira será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Importante mencionar que o referido artigo define que a emissão ocorrerá por intermédio dos CRAS, impõe a administração da política pública, ordena a adequação de plataforma de serviços e determina a disponibilização de dados estatísticos em portal específico

Sendo assim, não se trata, portanto, de simples previsão programática. Cuida-se de verdadeira disciplina sobre quem fará, como fará, por qual órgão fará e com quais instrumentos administrativos fará.

Ocorre que, no âmbito Municipal, a Lei Orgânica, no Título I – Dos Princípios Fundamentais, trouxe em seu artigo 2º que "São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. "

Seguindo essa harmonia adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro e replicada na Lei Orgânica Municipal, fica expressa a vedação de interferência de um Poder nas funções inerentes ao outro.

O ponto crítico está na escolha por determinar, em lei, detalhe a execução administrativa dessa política pública, impondo ao Executivo o modo de agir, a estrutura de gestão, os órgãos intervenientes, os prazos, os mecanismos técnicos e os encargos financeiros.

A Lei Orgânica de Campo Grande prevê matérias de iniciativa privativa do Prefeito, incluindo leis que versem sobre "criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública" e outras hipóteses relacionadas à organização administrativa, além de atribuir ao Chefe do Executivo competência para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração.

Nesse sentido:

"Art. 67. Compete privativamente ao Prefeito Municipal:  
(...)"

*VIII - dispor, mediante decreto, sobre: (Emenda n. 20, de 06/12/05)*

*a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;*

Como se pode perceber, as organizações, forma de funcionamento, entre outras questões relacionadas ao serviço público, estão dentro das atribuições do Chefe do Poder Executivo, seja para iniciar o processo legislativo que trate do assunto, ou para dispor por meio de normas jurídicas a organização desta.

A fim de clarificar o que podemos entender como atribuições de organização da administração e atos de gestão, trazemos à análise o entendimento do jurista José dos Santos Carvalho Filho:

"... resulta de um conjunto de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e o controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa." (Manual de Direito Administrativo – Editora Atlas – 2012 – pág. 447)

Observemos também o entendimento do mestre Hely Lopes Meirelles:

"Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos – e convém se repita – que o Legislativo provê in genere, o Executivo in specie: a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta ou concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações de matérias da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental." (Direito Municipal Brasileiro – 2013 – 17ª edição – Editora Malheiros – pág. 631)

Portanto, as formas de atuação da administração e sua organização estão inseridas no rol de competência privativa do Prefeito, competindo a este dispor sobre o assunto, e iniciar o processo legislativo relativo à matéria, quando necessário.

No tocante ao **art. 7º** do Projeto de Lei, impõe-se juízo distinto em relação aos demais dispositivos, porquanto sua redação, ao assegurar de forma ampla o fornecimento de refeição especial sem glúten durante o período de internação hospitalar, ultrapassa o campo da mera enunciação de diretriz protetiva e passa a interferir diretamente na rotina técnico-assistencial e na organização operacional dos serviços de saúde.

Embora seja juridicamente defensável a tutela legislativa voltada à adequada alimentação do paciente diagnosticado com doença celíaca, por integrar o próprio cuidado terapêutico e o dever de prestação de assistência compatível com a condição clínica do internado, a redação aprovada não se limita a esse núcleo essencial, uma vez que traz obrigações perante terceiros.

Assim, ao impor obrigação de fornecimento alimentar em termos amplos, a norma avança sobre matéria afeta à gestão hospitalar, à definição de protocolos nutricionais e à disciplina da prestação dos serviços de saúde, inclusive no âmbito de estabelecimentos privados sujeitos à regulação pública.

A inadequação constitucional do dispositivo decorre, portanto, não da finalidade protetiva em si mesma, mas da forma abrangente e impositiva com que a matéria foi disciplinada, sem a necessária delimitação técnica, sem consideração das rotinas assistenciais próprias de cada unidade hospitalar e sem observância da proporcionalidade exigida quando a atuação normativa repercute diretamente na atividade econômica e na organização dos serviços.

Nessa conformação, o art. 7º cria obrigação material positiva com impacto administrativo, operacional e financeiro, interferindo em domínio que demanda disciplina técnico-sanitária específica e observância da autonomia organizacional dos prestadores de serviço de saúde.

Por essa razão, revela-se juridicamente prudente e constitucionalmente mais seguro o veto do referido dispositivo.

Portanto, conforme análise, os artigos do projeto de lei apresentado se encontram juridicamente aptos, tanto em seu aspecto formal quanto material, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica do Município, com ressalva aos artigos 2º e 7º, que deverão ser **vetados**.

Sendo assim, por força da previsão do §1º do artigo 42 da LOM, o presente Projeto de Lei poderá ser sancionado, ou vetado caso o Prefeito considere contrário ao interesse público.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Conforme exposto, o Projeto de Lei n. 12.098/25, aprovado pela Câmara Municipal, e de iniciativa do próprio legislativo, apresenta vícios aos artigos 2º e 7º que justifique o **veto** jurídico".

Ouvida a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SAS), esta, manifestou-se contrária à proposta, pelos seguintes fundamentos: a) Inadequação material, por tratar de matéria típica da política de saúde, e não da assistência social; b) Violação à LOAS, ao atribuir funções estranhas à finalidade da política socioassistencial e incompatibilidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, especialmente quanto às atribuições dos CRAS; c) Desvio de finalidade administrativa, ao utilizar a estrutura do SUAS para execução de política setorial diversa; e prejuízo à eficiência administrativa; d) Risco de sobrecarga e desorganização da rede socioassistencial, com prejuízo ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade. Vejamos trechos exarado pela SAS:

"...

2. Da violação à lógica organizacional do SUAS e do desvio de finalidade administrativa

O art. 2º do projeto prevê que a emissão da carteira será realizada pela assistência social, inclusive por meio do CRAS, o que contraria o princípio da especialização das políticas públicas e a lógica da intersectorialidade qualificada, que exige cooperação, e não substituição de competências.

**Frisa-se: O projeto atribui aos CRAS a emissão da carteira de identificação, o que se revela incompatível com a estrutura normativa do SUAS.**

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o CRAS é unidade pública responsável pela oferta de serviços da Proteção Social Básica, com foco em prevenção de riscos sociais; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e acompanhamento socioassistencial.

Não integra suas competências a emissão de documentos de natureza sanitária ou clínica; certificação de condições de saúde; ou gestão de cadastros especializados

desvinculados da proteção social.

Ao contrário, a atuação do CRAS deve ser pautada na centralidade do acompanhamento familiar, por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), não sendo admissível sua utilização como órgão executor de políticas setoriais estranhas ao SUAS.

**O SUAS é um sistema não contributivo, descentralizado e voltado à proteção social, não podendo ser instrumentalizado para execução de políticas de outras áreas, sob pena de fragmentação e sobrecarga institucional.** A proposta incorre ainda em desvio de finalidade administrativa, ao deslocar atribuições típicas da política de saúde para a assistência social.

A intersectorialidade no SUAS não autoriza a absorção de funções de outras políticas, mas sim a articulação entre elas, preservando-se as competências institucionais.

#### 3. Da ausência de vinculação com benefícios socioassistenciais

O projeto sugere que a carteira poderá ser utilizada para acesso a benefícios por ventura concedidos a essa categoria de pacientes por serviços de alimentação (art. 4º), porém, vale registrar, que não há previsão na LOAS de benefício vinculado a tal condição, bem como não há correspondência com benefícios eventuais ou continuados.

A assistência social opera com base em **critérios de vulnerabilidade e risco social**, e não em condições clínicas isoladas. Assim, a proposta não poderá ser instrumento sem aderência às garantias socioassistenciais (renda, acolhida, convívio), rompendo com a lógica normativa do SUAS.

#### 4. Da sobrecarga estrutural da rede socioassistencial e insuficiência de recursos humanos.

A atribuição de novas funções aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, alheias à sua finalidade, gera desvio de recursos humanos; prejuízo ao atendimento das famílias referenciadas; e comprometimento da qualidade dos serviços tipificados. Ela tende a produzir efeitos concretos negativos na organização e na qualidade da prestação dos serviços.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) **N** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, cuja centralidade reside no acompanhamento continuado das famílias em situação de vulnerabilidade social, mediante ações planejadas, sistemáticas e territorializadas.

Nesse contexto, a inserção de atividades como análise documental de natureza clínica; processamento administrativo para emissão de carteiras específicas; e gestão de banco de dados não vinculados às garantias socioassistenciais representa desvio funcional da equipe técnica, que passa a dedicar tempo e capacidade operacional a demandas alheias ao escopo da proteção social básica.

Do ponto de vista da gestão pública, tal medida compromete diretamente o princípio da eficiência (art. 37 da CF) e a qualidade do atendimento, na medida em que reduz a disponibilidade das equipes para acompanhamento familiar sistemático; realização de visitas domiciliares; desenvolvimento de ações coletivas e preventivas; e articulação da rede socioassistencial no território.

Além disso, é imprescindível destacar que **o principal desafio estrutural atualmente enfrentado pela política de assistência social é justamente o quadro reduzido de pessoal**. A insuficiência de recursos humanos impacta diretamente a capacidade de cobertura territorial dos CRAS, bem como prejudicado os acompanhamentos familiares e a execução adequada dos serviços tipificados.

A ampliação indevida de atribuições, sem a correspondente previsão de recomposição ou reforço das equipes, agrava esse cenário de sobrecarga, e gera a priorização de demandas burocráticas em detrimento do trabalho social com famílias, colocando em risco o papel do CRAS enquanto porta de entrada do SUAS.

Assim, a imposição de novas atribuições não tipificadas, em um cenário de restrição de pessoal, configura medida tecnicamente inadequada e potencialmente lesiva à efetividade da política pública, por comprometer sua função precípua de proteção social.

Dessa forma, conclui-se que o projeto, ao ampliar as competências operacionais da assistência social sem considerar a atual limitação de recursos humanos, intensifica a sobrecarga institucional e fragiliza a execução das ações essenciais do SUAS, reforçando a inadequação da proposta sob o ponto de vista técnico.

..."

Desta forma, vislumbra-se que, embora a relevância da proposição, houve manifestação pelo veto parcial aos artigos 2º e 7º do Projeto de Lei, por razões jurídicas explanadas pela PGM e SAS.

Assim, não resta outra alternativa que não a do veto parcial, para o qual solicitamos de V. Exa., e dos nobres Pares que compõem esse Poder Legislativo o devido acatamento à sua manutenção.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**MENSAGEM n. 19, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA – PROJETO DE LEI N. 12.089/25 – DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "HORTO FLORESTAL DA REGIÃO NORTE" NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – MANIFESTAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO NOS TERMOS DO ART. 42 DA LOM – RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO - INVASÃO DE COMPETÊNCIA – INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 113 DO ADCT E DOS ARTS. 16 E 17 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL QUANTO À ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO - VETO TOTAL.**

**Senhor Presidente,**

Com base nas prerrogativas estabelecidas no § 1º do art. 42 e no inciso VII, do Art. 67, ambos da Lei Orgânica do Município, comunicamos a essa egrégia Câmara, por intermédio de V. Exa., que decidimos vetar totalmente o Projeto de Lei n. 12.089/25,

que "Dispõe sobre a criação do "Horto Florestal da Região Norte" no Município de Campo Grande - MS, e dá outras providências".

A princípio consignamos que o parecer da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinou pela não tramitação do projeto em lei em tela, aduzindo que a proposição interfere nas atividades administrativas privativas do Chefe do Executivo, violando o Princípio da Independência dos Poderes, atingindo atribuições típicas de órgãos pertencentes a estruturas da administração local, bem como impondo obrigações a serem cumpridas por seus servidores, contrariando o disposto no art. 67 da Lei Orgânica do Município.

Ao examinarmos a proposta legislativa, embora reconhecendo o nobre desígnio que certamente motivou a apresentação do projeto de Lei n. 12.089/25, verificamos que a minuta apresentada não reúne as condições imprescindíveis à sua conversão em lei, impondo-se, em consequência, o seu veto total por haver inconsistências relevantes e conflitos com a legislação ambiental vigente, especialmente com o que dispõe a Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Em consulta à Procuradoria-Geral do Município (PGM), houve manifestação pelo veto total ao projeto de lei, argumentando para tanto que a invasão de competência praticada pelo Poder Legislativo, atenta contra a divisão de Poder adotada pelo ordenamento constitucional brasileiro, ferindo ainda os artigos 2º, 36 e 67 da Lei Orgânica do Município, que guarda expressiva simetria com a Constituição Federal e Estadual, padecendo, portanto, a propositura de insanável inconstitucionalidade, por vício de iniciativa.

Depreende-se, ainda, que é indispensável a elaboração de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no projeto de lei, afrontando assim, o art. 113 do ADCT, bem como por desatender os requisitos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), caracterizando vício formal apto a comprometer integralmente a validade do projeto em comento.

Há, ainda, um aspecto técnico-normativo relevante, o projeto classifica o "Horto Florestal da Região Norte" como "Unidade Municipal de Conservação de Uso Sustentável", logo, a instituição de unidade de conservação municipal deve ocorrer em conformidade com as categorias e balizas do regime geral nacional, não por criação legislativa local de figura híbrida ou atípica, sobretudo quando o próprio projeto afirma aplicação subsidiária do SNUC.

Veja-se na íntegra o parecer exarado pela PGM:

## **1 - RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer referente ao Projeto de Lei n. 12.089/25, aprovado pela Câmara Municipal de Campo Grande, e que "*dispõe sobre a criação do "Horto Florestal da Região Norte" no Município de Campo Grande - MS, e dá outras providências*".

Preliminarmente, é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas não possuam caráter vinculativo, constituem importante instrumento em prol da segurança do gestor, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o sucinto relatório.

## **2 - DA FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei cria o "Horto Florestal da Região Norte", unidade municipal específica, identifica área pública determinada, estabelece providências administrativas prévias obrigatórias, fixa objetivos de gestão, impõe regime jurídico ambiental, define a forma de administração, cria Conselho Gestor com composição nominalmente delimitada, exige Plano de Manejo em prazo certo, prevê monitoramento permanente, cria fundo municipal próprio e indica fontes de receita para implantação, manutenção e gestão.

Inicialmente, vale ressaltar o que diz o referido art. 37 da Carta Maior, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indiretamente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, **impeachment**, **moralidade**, **publicidade** e **eficiência** e, também, (...)" (Grifo nosso)

Compreendido o contexto em que o projeto de lei se coloca, é preciso avaliar sua viabilidade sob a perspectiva *jurídico-formal* e *jurídico-material*.

No aspecto *jurídico-formal*, examina-se a competência legislativa do ente proponente, a iniciativa adequada para a matéria tratada, a observância do devido processo legislativo e a conformidade com os princípios constitucionais, especialmente os da legalidade, separação dos poderes e hierarquia normativa.

Também se verifica se há vícios de iniciativa, conflitos com normas de caráter superior ou invasão de competência privativa de outro Poder, em especial se o Município detém competência para tratar sobre a matéria em questão.

Preliminarmente, cumpre estabelecer que o Município de Campo Grande possui competência legislativa para dispor sobre matérias de interesse local, consoante o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II, CF/88).

Entretanto, no âmbito Municipal, a Lei Orgânica, no Título I – Dos Princípios Fundamentais, trouxe em seu artigo 2º que "*São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.*"

Seguindo essa harmonia adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro e replicada na Lei Orgânica Municipal, fica expressa a vedação de interferência de um Poder nas funções inerentes ao outro.

O ponto crítico está na escolha por determinar, em lei, detalhe a execução administrativa dessa política pública, impondo ao Executivo o modo de agir, a estrutura de gestão, os órgãos intervenientes, os prazos, os mecanismos técnicos e os encargos financeiros.

A Lei Orgânica de Campo Grande prevê matérias de iniciativa privativa do Prefeito, incluindo leis que versem sobre "criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública" e outras hipóteses relacionadas à organização administrativa, além de atribuir ao Chefe do Executivo competência para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração.

Nesse sentido:

"Art. 67. *Compete privativamente ao Prefeito Municipal:*

(...)

VIII - *dispor, mediante decreto, sobre: (Emenda n. 20, de 06/12/05)*

a) *organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;*

Como se pode perceber, as organizações, forma de funcionamento, entre outras questões relacionadas ao serviço público, estão dentro das atribuições do Chefe do Poder Executivo, seja para iniciar o processo legislativo que trate do assunto, ou para dispor por meio de normas jurídicas a organização desta.

A fim de clarificar o que podemos entender como atribuições de organização da administração e atos de gestão, trazemos à análise o entendimento do jurista José dos Santos Carvalho Filho:

"... *resulta de um conjunto de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e o controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa.*" (Manual de Direito Administrativo – Editora Atlas – 2012 – pág. 447)

Observemos também o entendimento do mestre Hely Lopes Meirelles:

"*Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos – e convém se repita – que o Legislativo provê in genere, o Executivo in specie: a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta ou concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações de matérias da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental.*" (Direito Municipal Brasileiro – 2013 – 17ª edição – Editora Malheiros – pág. 631)

As formas de atuação da administração e sua organização estão inseridas no rol de **competência privativa do Prefeito**, competindo a este dispor sobre o assunto, e iniciar o processo legislativo relativo à matéria, quando necessário.

Ocorre que o projeto em exame ultrapassa esse plano normativo geral. Seu conteúdo revela ingerência direta na esfera típica de administração.

O texto legal projeta uma operação administrativa completa: determina que o Horto seja criado em área delimitada, condiciona a medida à realização de estudo técnico multidisciplinar, levantamento topográfico e cadastral, identificação e demarcação de APPs, consulta pública e manifestação do órgão ambiental municipal, estabelece objetivos executivos concretos; prevê regime de uso e restrições, impõe gestão pelo órgão municipal competente em meio ambiente, cria Conselho Gestor com composição fechada, fixa prazo máximo para elaboração de Plano de Manejo, exige monitoramento ambiental permanente, cria fundo municipal específico e enumera suas receitas.

Resta, assim, corroborado que a proposição não apenas "legisla sobre meio ambiente", mas organiza a atuação administrativa do Executivo e desenha a governança da política pública.

Dessa forma, a invasão de competência praticada pelo Poder Legislativo atenta contra a divisão de Poder adotada pelo ordenamento constitucional brasileiro, ferindo ainda os artigos 2º, 36 e 67 da Lei Orgânica do Município, que guarda expressiva simetria com a Constituição Federal e Estadual, padecendo, portanto, o presente Projeto de Lei de insanável inconstitucionalidade, por vício de iniciativa.

Há, ainda, um aspecto técnico-normativo relevante, o projeto classifica o "Horto Florestal da Região Norte" como "Unidade Municipal de Conservação de Uso Sustentável", mas o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece categorias legalmente definidas para o grupo de uso sustentável, entre elas Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Além disso, o próprio SNUC exige Plano de Manejo para as unidades de conservação.

Logo, a instituição de unidade de conservação municipal deve ocorrer em conformidade com as categorias e balizas do regime geral nacional, não por criação legislativa local de figura híbrida ou atípica, sobretudo quando o próprio projeto afirma aplicação subsidiária do SNUC.

Também merece destaque o capítulo financeiro do projeto. A minuta cria um Fundo Municipal do Horto Florestal da Região Norte, de natureza contábil, destinado exclusivamente ao financiamento das atividades de implantação, manutenção e gestão da unidade.

A Constituição, no art. 167, XIV, veda a criação de fundo público quando seus objetivos puderem ser alcançados por vinculação de receitas específicas ou por programação orçamentária, e a Lei de Responsabilidade Fiscal exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da adequação e compatibilidade fiscal para atos que criem ou aumentem despesa.

O STF tem compreendido que o art. 113 do ADCT é parâmetro relevante de controle do devido processo legislativo financeiro, e reconhece sua aplicabilidade ampla em linhas gerais, com reflexos em inconstitucionalidades formais em casos concretos.

Trata-se de rigor procedimental que visa à responsabilidade fiscal, ao equilíbrio das contas públicas e à programação racional de políticas públicas, impedindo surpresas ou imposições exógenas ao planejamento do Executivo.

No presente caso, o projeto não foi instruído com qualquer estudo de impacto financeiro, nem assegura fontes de recursos para implementação progressiva.

A proposta envolve levantamento técnico, demarcação, monitoramento

permanente, conselho gestor, elaboração e revisão periódica de plano de manejo, fiscalização, proteção da área e eventual implementação de programas e estruturas de visitação e pesquisa. Mesmo que algumas dessas medidas pudessem vir a ser desenvolvidas gradualmente, o texto legal cria obrigação estatal concreta e continuada, com inegável repercussão administrativa e financeira.

Desta feita, embora reconhecendo o nobre desígnio que certamente motivou a apresentação do projeto de Lei 12.089/25, a minuta apresentada não reúne as condições imprescindíveis à sua conversão em lei, impondo-se, em consequência, o seu veto total.

Portanto, o presente projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo deve ser **VETADO** integralmente, por possuir vício formal, o que impede qualquer aproveitamento por meio de veto parcial.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Portanto, conforme exposto, o Projeto de Lei n. 12.089/25, aprovado pela Câmara Municipal, por ferir princípios constitucionais e vícios formais, sendo que, o vício é um defeito que torna o Projeto de Lei plenamente inconstitucional, não podendo ser este aproveitado em parte.

Sendo assim, a única medida plausível para o presente caso é o **VETO TOTAL** do Projeto de Lei, não sendo sanável tal ingerência. ”

Em consulta à Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB) houve manifestação pelo veto total argumentando para tanto que, após, análise técnica, verificam-se inconsistências relevantes e conflitos com a legislação ambiental vigente, especialmente com o que dispõe a Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e, a Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações (Código Florestal), que impossibilitam tecnicamente a sua sanção, conforme manifestação abaixo.

“O Projeto de Lei n. 12.089/25 dispõe sobre a criação do denominado “Horto Florestal da Região Norte” como **Unidade Municipal de Conservação de Uso Sustentável**. Entretanto, após análise técnica, verificam-se inconsistências relevantes e conflitos com a legislação ambiental vigente, especialmente com o que dispõe a Lei Federal n. 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e, a Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012 e suas alterações (Código Florestal), que impossibilitam tecnicamente a sua sanção, conforme demonstrado na sequência:

A proposta incorre em inadequação conceitual ao classificar o “Horto Florestal” como Unidade de Conservação. Nos termos da Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), as Unidades de Conservação são divididas em duas categorias: Proteção Integral e Uso Sustentável, sendo que cada categoria possui definição, objetivos e regime jurídicos próprios e taxativamente previstos na legislação federal. O termo “Horto Florestal” não corresponde a nenhuma das categorias oficiais estabelecidas pelo (SNUC), tais como Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Nacional/Municipal, Reserva Extrativista, entre outras.

Dessa forma, a criação de uma Unidade de Conservação com denominação e regime jurídico não previstos no SNUC viola o princípio da legalidade e compromete a segurança jurídica, uma vez que não há respaldo normativo para o enquadramento pretendido; e, ainda, que o projeto mencione aplicação subsidiária do SNUC, tal previsão não supre a ausência de tipologia legal válida.

Em complementação, o art. 2º da proposta prevê a delimitação posterior da área por ato do próprio do Poder Executivo. Ocorre que, tal previsão contraria ao disposto no art. 22 do SNUC, que exige a definição prévia, por lei, dos limites da Unidade de Conservação, com base em estudos técnicos e consulta pública anteriores à sua criação. A inversão dessa lógica compromete a validade do ato e a transparência do processo.

Ainda, é verificada a inconformidade relacionada à previsão de usos e estruturas incompatíveis com o regime de proteção ambiental. O art. 3º, inciso III, menciona a implantação de equipamentos como academia ao ar livre e pista de caminhada sem a devida vinculação ao zoneamento ambiental e ao plano de manejo previamente aprovado, o que contraria a lógica do SNUC, segundo a qual tais intervenções somente podem ser autorizadas após a definição do referido plano de manejo (art. 27).

Ademais, no que tange ao estabelecido pela Lei Federal n. 12.651 de 25 de maio de 2012 e suas alterações (Código Florestal), observa-se conflito na abordagem das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Embora o projeto mencione a faixa mínima de 30 metros (art. 3º, VII), ele simultaneamente prevê usos recreativos e intervenções na área, o que pode induzir a interpretações equivocadas quanto à possibilidade de ocupação dessas áreas. Nos termos do art. 4º e art. 8º do Código Florestal, as APPs são áreas protegidas com restrições severas de uso, sendo admitidas intervenções apenas em hipóteses excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, mediante procedimento específico de licenciamento.

Além do disposto, o projeto cria um Conselho Gestor com composição e atribuições que extrapolam o modelo previsto no SNUC, incluindo participação de instituições sem vínculo direto com a gestão ambiental da unidade e atribuindo caráter deliberativo amplo sem a devida regulamentação, tal estrutura pode gerar conflitos de competência e insegurança administrativa.

Por fim, citamos a impropriedade na criação de fundo específico (art. 6º, parágrafo único) por meio de lei de iniciativa parlamentar, o que pode configurar vício de iniciativa, uma vez que implica criação de estrutura administrativa e orçamentária, matéria de competência privativa do Poder Executivo.

Diante de todo o exposto, destaca-se que a proposta mistura objetivos típicos de Unidade de Conservação com funções de parque urbano, viveiro de mudas (horto), centro de pesquisa e espaço de lazer, sem a devida delimitação técnica e jurídica entre esses instrumentos, tal sobreposição compromete a efetividade da gestão ambiental e pode resultar em descaracterização da finalidade conservacionista.

Assim sendo, conclui-se que o Projeto de Lei apresenta vícios de natureza técnica e jurídica, notadamente por:

- (i) inexistência de categoria de unidade de conservação compatível com “Horto Florestal” no (SNUC);
- (ii) ausência de definição prévia dos limites da área;
- (iii) previsão de usos potencialmente incompatíveis com APPs;

(iv) inconsistências na governança e gestão;

(v) possível vício de iniciativa quanto à criação de fundo e estrutura administrativa.

Desta forma, recomendamos o veto integral ao Projeto de Lei, por contrariar o ordenamento jurídico ambiental vigente e os princípios que regem a criação e gestão de Unidades de Conservação no Brasil”.

Em consulta à Fundação Municipal de Esportes (FUNESP), esta manifestou-se pelo veto total ao projeto de lei, corroborando com os pareceres da PGM e da PLANURB, pois, a proposta cria obrigações administrativas concretas, como a realização de estudos técnicos, demarcações, monitoramento ambiental contínuo e estruturação de mecanismos de gestão, evidenciando ingerência direta na atividade administrativa.

Em consulta à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gestão Urbana e Desenvolvimento Econômico, Turístico e Sustentável (SEMADES), esta manifestou-se pelo veto total ao projeto de lei, respaldando-se nos fatos apresentados nos pareceres da PGM e da PLANURB, visto que a propositura, aponta inconsistências relevantes quanto à sua compatibilidade com a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere ao enquadramento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), à ausência de definição prévia da área, à previsão de usos incompatíveis com Áreas de Preservação Permanente e à inadequação da estrutura de governança proposta.

Em consulta à Secretaria Municipal da Fazenda, esta manifestou-se pelo veto total a propositura, pois, a criação de despesa pública sem a correspondente estimativa de impacto e sem a indicação da fonte de custeio tenciona o devido processo legislativo financeiro, além de ensejar risco de responsabilização do gestor por inobservância dos deveres de planejamento e prudência fiscal. Veja-se o parecer na íntegra.

“Considerando o teor da proposição apresentada, impõe-se registrar que a instituição de novos projetos, programas ou obrigações à Administração Pública deve ser precedida de criteriosa análise de sua viabilidade técnica, operacional e financeira, bem como dos impactos sobre o custeio, a manutenção e a continuidade dos serviços públicos eventualmente criados ou ampliados.

Sob a ótica dos valores administrativos, a medida deve alinhar-se aos princípios da eficiência, da responsabilidade fiscal, do planejamento, da transparência e do equilíbrio orçamentário, pilares da atuação fazendária e indispensáveis à boa governança. A criação de despesas desacompanhadas de adequado suporte técnico-financeiro compromete a própria atuação estatal, gerando, por vezes, comandos normativos dissociados da real capacidade de execução.

No plano jurídico, a análise da proposta não pode se restringir à sua finalidade política ou social, devendo abranger sua compatibilidade com o ordenamento jurídico-financeiro, em especial com a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a legislação municipal aplicável. A imposição de obrigações de caráter continuado exige a prévia e suficiente demonstração de impacto orçamentário-financeiro, a estimativa de custos e a compatibilidade com a programação fiscal vigente.

Nesse contexto, a criação de despesa pública sem a correspondente estimativa de impacto e sem a indicação da fonte de custeio vulnera o devido processo legislativo financeiro, além de ensejar risco de responsabilização do gestor por inobservância dos deveres de planejamento e prudência fiscal. Em termos práticos, a Secretaria de Fazenda não pode cancelar iniciativas que impliquem expansão de gastos sem a devida demonstração de sustentabilidade orçamentária.

Ressalte-se, ainda, que a Lei nº 7.441, de 14 de julho de 2025, ao autorizar o Poder Executivo a aderir ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 178/2021, institui diretriz de contenção e racionalização da despesa primária, limitando seu crescimento anual à variação do IPCA, apurado pelo IBGE, ou índice que venha a substituí-lo. Tal parâmetro normativo reforça a necessidade de cautela na criação de novas obrigações estatais.

Diante do exposto, à luz dos elementos apresentados, manifesta-se pelo veto integral dos dispositivos propostos, a fim de evitar a geração de expectativas dissociadas da capacidade real de execução do Município, preservando-se o equilíbrio orçamentário e a transparência na formulação e implementação das políticas públicas. ”

Desta forma, vislumbra-se que, embora a relevância da proposição, houve manifestação pelo veto total ao Projeto de Lei, por razões jurídicas explanadas pela PGM e razões técnicas da PLANURB, FUNESP, SEMADES e SEFAZ.

Assim, não resta outra alternativa que não a do veto total, para o qual solicitamos de V. Exa., e dos nobres Pares que compõem esse Poder Legislativo o devido acatamento à sua manutenção.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**MENSAGEM n. 20, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA – PROJETO DE LEI N. 12.333/26 – ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI N. 3.026, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993, PARA ESTENDER O BENEFÍCIO DO “PASSE DO ESTUDANTE” A ALUNOS DA REDE PÚBLICA MATRICULADOS EM CURSOS PRÉ-VESTIBULARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – MANIFESTAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO NOS TERMOS DO ART. 42 DA LOM – RESERVA DE ADMINISTRAÇÃO - INVASÃO DE COMPETÊNCIA – OFENSA À SEPARAÇÃO DOS PODERES, À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO - VÍCIO DE ORDEM ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA – LEI COMPLEMENTAR 101/2000 - VETO TOTAL.**

**Senhor Presidente,**

Com base nas prerrogativas estabelecidas no § 1º do art. 42 e no inciso VII, do Art. 67, ambos da Lei Orgânica do Município, comunicamos a essa egrégia Câmara, por intermédio de V. Exa., que decidimos vetar totalmente o Projeto de Lei n.12.333/2026, que altera dispositivos da Lei n. 3.026/1993 para estender o benefício do Passe do Estudante a alunos da rede pública matriculados em cursos pré-vestibulares

Em consulta à Procuradoria-Geral do Município (PGM), houve manifestação

pelo veto total, argumentando para tanto que há invasão de competência praticada pelo Poder Legislativo atenta contra a divisão de Poder adotada pelo ordenamento constitucional brasileiro, padecendo, portanto, o presente Projeto de Lei de insanável inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, bem como a ocorrência de vício de ordem orçamentário-financeira.

Veja-se íntegra da manifestação exarada pela PGM:

### **1 – DO RELATÓRIO:**

Trata-se de solicitação de parecer referente ao Projeto de Lei n. 12.333/26, aprovado pela Câmara Municipal de Campo Grande, e que "altera e acrescenta dispositivos à Lei n. 3.026, de 27 de dezembro de 1993, para estender o benefício do "Passe do Estudante" a alunos da rede pública matriculados em cursos pré-vestibulares, e dá outras providências".

Preliminarmente, é importante informar que, embora as observações e recomendações expostas não possuam caráter vinculativo, constituem importante instrumento em prol da segurança do gestor, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o sucinto relatório.

### **2 - DA FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, vale ressaltar o que diz o referido art. 37 da Carta Maior, in verbis:

"Art. 37. A administração pública direta e indiretamente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, (...)" (Grifo nosso)

Compreendido o contexto em que o projeto de lei se coloca, é preciso avaliar sua viabilidade sob a perspectiva jurídico-formal e jurídico-material.

No aspecto jurídico-formal, examina-se a competência legislativa do ente proponente, a iniciativa adequada para a matéria tratada, a observância do devido processo legislativo e a conformidade com os princípios constitucionais, especialmente os da legalidade, separação dos poderes e hierarquia normativa.

Também se verifica se há vícios de iniciativa, conflitos com normas de caráter superior ou invasão de competência privativa de outro Poder, em especial se o Município detém competência para tratar sobre a matéria em questão.

Preliminarmente, cumpre estabelecer que o Município de Campo Grande possui competência legislativa para dispor sobre matérias de interesse local, consoante o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, bem como para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II, CF/88).

Além disso, o art. 118 estabelece que, na prestação do transporte público, o Município deverá observar princípios como segurança, conforto, integração dos sistemas, racionalização de itinerários e tarifa social.

Entretanto, no âmbito Municipal, a Lei Orgânica, no Título I – Dos Princípios Fundamentais, trouxe em seu artigo 2º que "São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo."

Seguindo essa harmonia adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro e replicada na Lei Orgânica Municipal, fica expressa a vedação de interferência de um Poder nas funções inerentes ao outro.

Nesse sentido, os arts. 120, 122 e 124 da LOM deixam claro que os serviços públicos podem ser prestados sob regime de concessão ou permissão, que tais serviços ficam sujeitos à regulamentação e fiscalização da administração municipal, que cabe ao Prefeito aprovar as tarifas e que, nas concessões, devem constar inclusive as hipóteses de gratuidade e as regras destinadas a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A proposta não se restringe a afirmar, abstratamente, que o Município deve fomentar o acesso de estudantes vulneráveis ao ensino superior. Ela cria uma nova hipótese específica de gratuidade suplementar, define o público elegível, exige comprovação de inscrição ativa no CadÚnico e delimita o deslocamento coberto pelo benefício.

Em consequência, impõe à Administração Municipal a necessidade de adaptar rotinas de cadastramento, controle, fiscalização, integração de dados e custeio, tudo no interior de um sistema de transporte público organizado sob regime jurídico próprio.

A fim de clarificar o que podemos entender como atribuições de organização da administração e atos de gestão, trazemos à análise o entendimento do jurista José dos Santos Carvalho Filho:

"... resulta de um conjunto de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e o controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa." (Manual de Direito Administrativo – Editora Atlas – 2012 – pág. 447)

Observemos também o entendimento do mestre Hely Lopes Meirelles:

"Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos – e convém se repita – que o Legislativo provê in genere, o Executivo in specie: a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares correntes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta ou concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem providões administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações de matérias da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental." (Direito Municipal Brasileiro – 2013 – 17ª edição – Editora Malheiros – pág. 631).

O Tribunal de Justiça de São Paulo, assim como outros tribunais do país, já declarou inconstitucionalidade de Lei Municipal que dispõe de transporte público, por invasão de competência do Poder Executivo. Veja:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Arguição em face da Lei nº

10.484/2022, de 06 de maio de 2022, do Município de Araraquara, que dispõe sobre novos parâmetros documentais para a comprovação da situação de carência do deficiente físico beneficiário da gratuidade no transporte público municipal. Existência de vício de iniciativa, na medida em que a questão tratada pela lei impugnada é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, na pessoa do Prefeito Municipal. Violação ao princípio da separação dos poderes. Inteligência dos arts. 5º e 47, II e XIV e 144 da Constituição Estadual. Lei que disponha sobre atos de organização, planejamento, gestão administrativa e prestação de serviços públicos são de competência do Chefe do Poder Executivo. Precedentes. Ação procedente. (ADI - 2125331-89.2022.8.26.0000, Desembargador James Siano, julgado em 08/03/2023). (grifo nosso)

Também merece destaque o entendimento do Supremo Tribunal Federal, AgR ARE 929591 PR, no sentido de que "compete ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que interfiram na gestão de contratos de concessão de serviços públicos".

Essa orientação, reiterada em julgados da Corte, é particularmente relevante em hipóteses como a presente, porque a ampliação legal de gratuidades no transporte coletivo não repercute apenas em abstrato sobre um direito social, ela alcança diretamente a modelagem econômica e operacional do serviço concedido, afetando o equilíbrio contratual, a forma de remuneração do sistema e a necessidade de eventual compensação financeira.

Em outras palavras, não cabe ao Poder Legislativo impor, por lei de sua iniciativa, alteração concreta na equação de prestação do serviço público concedido, sobretudo quando a medida gera impacto econômico e administrativo que deverá ser absorvido pelo Poder Concedente.

Dessa forma, a invasão de competência praticada pelo Poder Legislativo atenta contra a divisão de Poder adotada pelo ordenamento constitucional brasileiro, ferindo ainda os artigos 2º, 36 e 67 da Lei Orgânica do Município, que guarda expressiva simetria com a Constituição Federal e Estadual, padecendo, portanto, o presente Projeto de Lei de insanável inconstitucionalidade, por vício de iniciativa.

Há, ainda, vício de ordem orçamentário-financeira.

A simples cláusula genérica de que as despesas correrão por dotações próprias e serão suplementadas se necessário não satisfaz essas exigências.

O STF tem compreendido que o art. 113 do ADCT é parâmetro relevante de controle do devido processo legislativo financeiro, e reconhece sua aplicabilidade ampla em linhas gerais, com reflexos em inconstitucionalidades formais em casos concretos.

Da mesma forma, a Lei Complementar 101/2000 (art. 16 e 17) impõe, como condição para aprovação e execução de ações públicas que impliquem aumento de despesa, a demonstração de adequação orçamentária, indicação de fonte de custeio e compatibilidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Trata-se de rigor procedimental que visa à responsabilidade fiscal, ao equilíbrio das contas públicas e à programação racional de políticas públicas, impedindo surpresas ou imposições exógenas ao planejamento do Executivo.

No presente caso, o projeto não foi instruído com qualquer estudo de impacto financeiro, nem assegura fontes de recursos para implementação progressiva.

Acresce, ainda, que a proposição, conforme a redação do art. 2º, pretende neutralizar a repercussão tarifária ao vedar a inclusão do custo na planilha do transporte coletivo. Porém, do ponto de vista jurídico, essa opção reforça a inconstitucionalidade.

Primeiro, porque a vedação de inclusão na planilha de custos não elimina o dever de custeio, apenas indica que o impacto deverá ser absorvido pelo orçamento público.

Segundo, porque a definição de como compensar financeiramente a gratuidade, em serviço concedido, envolve escolha administrativa, contratual e orçamentária que não pode ser imposta de forma unilateral por iniciativa parlamentar.

Terceiro, porque a norma acaba por projetar despesa pública continuada sem o correspondente estudo de impacto.

Desta feita, embora reconhecendo o nobre desígnio que certamente motivou a apresentação do projeto de Lei 12.333/26, a minuta apresentada não reúne as condições imprescindíveis à sua conversão em lei, impondo-se, em consequência, o seu veto total.

Portanto, o presente projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo deve ser VETADO integralmente, por possuir vício formal, o que impede qualquer aproveitamento por meio de veto parcial.

### **3 – DA CONCLUSÃO**

Portanto, conforme exposto, o Projeto de Lei n. 12.333/26, aprovado pela Câmara Municipal, por ferir princípios constitucionais e vícios formais, sendo que, o vício é um defeito que torna o Projeto de Lei plenamente inconstitucional, não podendo ser este aproveitado em parte.

Sendo assim, a única medida plausível para o presente caso é o VETO TOTAL do Projeto de Lei, não sendo sanável tal ingerência."

Em consulta a AGEREG, houve manifestação pelo veto total, argumentando para tanto ingerência indevida na esfera de organização e gestão de serviço público municipal delegado ao criar obrigação administrativa e financeira relacionada à prestação de serviço público concedido, com isso, o Poder Legislativo extrapola sua função típica, invadindo competência privativa do Poder Executivo, além de potencial comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do transporte coletivo. Veja-se parecer exarado pela AGEREG:

### **"I- RELATÓRIO:**

Trata-se de solicitação de análise jurídica acerca do Projeto de Lei n. 12.333/2026, de autoria do Poder Legislativo Municipal, que "altera e acrescenta dispositivos à Lei n. 3.026, de 27 de dezembro de 1993, para estender o benefício do Passe do Estudante a alunos da rede pública matriculados em cursos pré-vestibulares, e dá outras providências".

A proposta legislativa visa ampliar o benefício de gratuidade tarifária no transporte coletivo urbano municipal, estendendo-o aos alunos da rede pública matriculados

em cursos pré-vestibulares e projetos de extensão voltados à preparação para o ensino superior.

Após análise do conteúdo normativo, esta Procuradoria Jurídica manifesta-se pela orientação de veto total ao projeto, diante da existência de vícios de ordem constitucional e legal, conforme fundamentos a seguir expostos.

Inicialmente, verifica-se que a proposição legislativa promove ingerência indevida na esfera de organização e gestão de serviço público municipal delegado, ao instituir nova hipótese de gratuidade tarifária no âmbito do sistema de transporte coletivo urbano.

Ao criar obrigação administrativa e financeira relacionada à prestação de serviço público concedido, o Poder Legislativo extrapola sua função típica, invadindo competência privativa do Poder Executivo para dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Pública Municipal, configurando vício formal de iniciativa.

Ademais, a ampliação das hipóteses de gratuidade no transporte coletivo pode repercutir diretamente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão vigente, uma vez que a imposição de nova obrigação ao concessionário ou supressão de receita tarifária enseja, em tese, a necessidade de recomposição contratual.

Nesse sentido, o próprio Contrato de Concessão n. 330/2012 estabelece, de forma expressa, em sua Cláusula 3.4.1, que:

“Novas gratuidades, ampliações das gratuidades ou benefícios tarifários existentes, novos abatimentos ou novos benefícios tarifários somente serão concedidos ou criados, ao longo da CONCESSÃO, com a indicação da fonte dos recursos financeiros compensatórios, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO DE CONCESSÃO e não prejudicar a modicidade das tarifas.”

Diante disso, verifica-se que a proposição legislativa, ao instituir nova hipótese de gratuidade tarifária sem a correspondente indicação de fonte de custeio específica e suficiente, contraria frontalmente as disposições contratuais vigentes.

Ressalte-se que a previsão constante do art. 2º do Projeto de Lei, ao vedar a inclusão dos custos na planilha tarifária, não tem o condão de afastar a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, tampouco prevalece sobre as garantias contratuais asseguradas à concessionária, sob pena de violação à segurança jurídica e ao regime jurídico dos contratos administrativos.

Assim, eventual sanção da norma implicaria, possivelmente, a geração de passivo ao Município, seja por meio de reequilíbrio contratual, seja por necessidade de aporte de recursos públicos, em manifesta afronta aos princípios da responsabilidade fiscal e da adequada gestão dos serviços públicos concedidos.

Outrossim, a proposição cria despesa pública indireta sem demonstração do correspondente impacto orçamentário-financeiro, tampouco apresenta estimativa de custos ou indicação específica de fonte de custeio, em desconformidade com os arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A mera previsão genérica de que as despesas correrão por dotações orçamentárias próprias não satisfaz as exigências legais de planejamento e responsabilidade fiscal exigidas para criação ou expansão de ações governamentais que impliquem aumento de despesa.

(...)

## **VI - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, sem adentrar no juízo de conveniência do ato administrativo, opina esta Procuradoria Jurídica pela orientação de veto total ao Projeto de Lei n. 12.333/2026, tendo em vista a presença de vício formal de iniciativa, afronta ao princípio da separação dos poderes, violação às disposições contratuais vigentes, potencial comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do transporte coletivo e ausência de observância às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Em consulta a AGETRAN, houve manifestação pelo veto total, argumentando, dentre outros pontos que, a ampliação da gratuidade interfere de forma indevida na equação econômico-financeira da concessão, vulnerando a segurança jurídica, a continuidade do serviço e a boa administração, sem a necessária mediação técnico-regulatória e contratual.

Vejamos trecho do parecer exarado pela AGETRAN:

## **“III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Da natureza jurídico-administrativa da proposição e da sua incidência sobre a política pública de transporte coletivo.

A primeira premissa indispensável ao exame do Projeto de Lei n.º 12.333/2025 consiste em afastar a aparência de que se estaria diante de simples ampliação de benefício social desvinculado da estrutura jurídico-administrativa do serviço público. Não se trata disso. A proposição, ao estender o “Passe do Estudante” a alunos da rede pública matriculados em cursos pré-vestibulares ou projetos de extensão preparatórios ao ensino superior, intervém diretamente na conformação econômico-jurídica do sistema municipal de transporte coletivo, pois amplia o universo de gratuidades custeadas no âmbito de serviço público essencial prestado sob regime de concessão. O conteúdo do projeto, inclusive sua cláusula de custeio e a vedação de repasse à planilha tarifária.

Essa constatação é juridicamente decisiva porque o transporte coletivo urbano não é atividade livre, nem programa social autônomo, mas serviço público de interesse local, cuja titularidade e organização pertencem ao Município, nos termos do art. 30, V, da Constituição Federal.

A instituição, ampliação ou redefinição de gratuidades nessa seara não se reduz a uma declaração legislativa de boas intenções. Ao contrário, altera variáveis centrais da política pública de mobilidade, repercute sobre a remuneração da concessionária, afeta a modelagem contratual, pressiona o dever de reequilíbrio econômico-financeiro e pode impor ao erário municipal a obrigação de compensação financeira. A jurisprudência constitucional reconhece, de forma reiterada, que a organização e a prestação do transporte coletivo se inserem na esfera de competência administrativa do ente titular do serviço.

Sob o prisma dos princípios administrativos, a medida, tal como posta, tensiona diretamente o princípio da legalidade administrativa, porque pretende irradiar efeitos sobre a gestão do serviço sem se apoiar na cadeia normativa adequada de iniciativa, planejamento e execução.

Viola, ainda, o princípio da eficiência, pois a expansão de gratuidades sem demonstração técnica de impacto na operação, no fluxo financeiro e na governança contratual fragiliza a racionalidade do sistema e favorece decisões casuísticas em setor já submetido a forte instabilidade institucional.

Também há compressão do princípio do planejamento, hoje elevado a vetor estruturante da administração pública contemporânea e especialmente sensível em serviços concedidos, nos quais qualquer alteração de encargo deve ser precedida de estudos de impacto, previsão orçamentária e compatibilização contratual.

O Supremo Tribunal Federal, no Tema 917 da repercussão geral, assentou que o mero fato de uma lei de iniciativa parlamentar gerar despesa não basta, por si só, para atrair reserva de iniciativa do Chefe do Executivo.

Todavia, esse precedente não socorre a proposição em exame. A própria tese do Tema 917 limita sua incidência às hipóteses em que a norma não trate da estrutura, da atribuição dos órgãos nem do funcionamento da Administração.

Aqui, diferentemente, a ampliação da gratuidade ingressa no núcleo decisório da política pública de transporte, interfere na engenharia administrativa do serviço concedido e repercute sobre os deveres de gestão contratual e de financiamento estatal. Logo, não estamos diante de “mera despesa”, mas de disciplina normativa sobre a própria conformação funcional do serviço público municipal.

A propósito, o TJDFT declarou inconstitucional a Lei Distrital n.º 7.422/2024, também de iniciativa parlamentar, que ampliava beneficiários e vantagens do Passe Livre Estudantil, assentando que o aumento de gastos públicos e a redefinição das atribuições dos órgãos envolvidos competem ao Chefe do Executivo e que não pode ser objeto de deliberação proposta que conceda gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta sem a correspondente fonte de custeio. O paralelo material entre aquele caso e a presente proposição é evidente e reforça a impropriedade jurídica da iniciativa legislativa ora examinada.

## **2 – Do vício formal de iniciativa e da ofensa ao princípio da separação dos poderes**

O Projeto de Lei 12.333/2025, em análise padece de vício formal de inconstitucionalidade porque versa sobre matéria que, embora revestida de enunciado social, incide sobre serviço público concedido, despesa pública e organização administrativa, temas que se inserem na reserva de iniciativa exclusiva do Chefe Poder Executivo.

A Constituição Federal, ao estruturar o modelo de separação funcional dos Poderes, não apenas distribui competências abstratas, mas preserva zonas materiais de decisão institucional. Em matéria de organização e prestação de serviço público, especialmente quando houver reflexos orçamentários, regulatórios e contratuais, a iniciativa normativa não é indiferente, sendo ela o elemento de validade do processo legislativo.

(...)

## **3 – Da violação ao regime constitucional-orçamentário e aos princípios da responsabilidade fiscal, moralidade administrativa e planejamento**

A cláusula constante do art. 2º do projeto, segundo a qual as despesas correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, com vedação de inclusão na planilha de custos do transporte coletivo, é juridicamente insuficiente para satisfazer os requisitos constitucionais e fiscais incidentes sobre a criação ou expansão de despesa pública.

O enunciado, embora aparente prudência financeira, não supre a exigência de estimativa concreta de impacto orçamentário-financeiro, nem demonstra compatibilidade com os instrumentos de planejamento fiscal do Município.

Essa deficiência é especialmente grave quando se trata de gratuidade tarifária em serviço público concedido, cujo custo não desaparece pelo simples ato de vedar o repasse tarifário; ao contrário, ele migra para o Tesouro ou gera passivo de reequilíbrio contratual.

O art. 113 do ADCT, conforme jurisprudência consolidada do STF, possui caráter nacional e se aplica a todos os entes federativos, exigindo que proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória seja acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro.

Em 2024, o Supremo voltou a reafirmar esse entendimento em informativo oficial, reiterando que a observância do art. 113 do ADCT vincula a atividade legislativa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Corte também tem reafirmado, em notícias e informativos oficiais, que a criação ou ampliação de despesa sem o correspondente estudo de impacto vulnera a Constituição.

Ainda que existam casos em que a despesa foi admitida por ter sido acompanhada da estimativa pertinente, o STF precisamente destacou essa exigência como elemento de validade da norma. Em outras palavras, quando o impacto foi previamente mensurado, a despesa pôde ser debatida; quando não foi, o vício subsiste.

No plano infraconstitucional, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração de adequação com a lei orçamentária e com a programação fiscal.

A Lei n.º 14.133/2021, embora voltada à contratação pública, reforça a centralidade do planejamento, da motivação e da gestão por riscos como eixos de atuação administrativa, diretrizes que, por coerência sistêmica, também se projetam sobre decisões estatais que ampliem obrigações econômicas relacionadas a contratos administrativos em vigor.

Aqui emerge outra nítida ofensa ao princípio da moralidade administrativa, não em seu sentido subjetivo, mas institucional. A moralidade, como dever de boa administração, impõe coerência entre decisão normativa e responsabilidade fiscal.

Criar benefício em setor de alto custo, sem cálculo individualizado do impacto,

significa transferir para a execução posterior e, frequentemente, para a litigiosidade o ônus de uma escolha que deveria ter sido tecnicamente maturada antes da edição normativa.

Isso também vulnera o princípio do planejamento, porque substitui avaliação prévia por aposta política, e o princípio da eficiência, ao introduzir obrigação potencialmente inexecutável ou financeiramente desorganizadora.

O precedente do TJDFT sobre a Lei Distrital n.º 7.422/2024 é novamente ilustrativo, o tribunal declarou a inconstitucionalidade de ampliação parlamentar do Passe Livre Estudantil justamente porque a norma aumentava despesas públicas sem indicar fonte de custeio idônea e invadia a competência do Executivo, em afronta ao regime jurídico orçamentário.

O projeto de Lei 12.333/25, incorre em vício material de inconstitucionalidade orçamentária e fiscal, por ausência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de demonstração idônea da fonte de custeio.

Afrontando ao art. 113 do ADCT, à responsabilidade fiscal e aos princípios da moralidade administrativa, do planejamento e da eficiência. A mera remissão genérica a "dotações próprias" não sana a deficiência estrutural da proposição.

#### **4 – Da interferência indevida no equilíbrio econômico-financeiro da concessão e da violação aos princípios da segurança jurídica, da continuidade e da boa administração**

O transporte coletivo urbano de Campo Grande é serviço público prestado sob regime de concessão. Nesse modelo, a tarifa, as gratuidades, os subsídios e os encargos operacionais compõem um sistema econômico-jurídico integrado. Toda ampliação de beneficiários gratuitos ou semigratuitos altera, potencialmente, a equação econômico-financeira do contrato, seja pela redução da receita tarifária, seja pela ampliação do dever de compensação pública.

Não se trata, portanto, de matéria externa ao contrato; é questão intrínseca à sua estabilidade jurídica. O STF já reconheceu, em precedente específico, que leis que interfiram na gestão de contratos de concessão de serviços públicos são de iniciativa do Chefe do Executivo e não do legislativo.

Além disso, o Supremo tem reiterado que a disciplina normativa dos contratos de concessão é matéria sensível e dinâmica, vinculada ao regime jurídico próprio das concessões e aos parâmetros legais que regem sua alteração, fiscalização e manutenção do equilíbrio.

A Corte também assentou, em outro contexto, que entes estranhos à titularidade ou à esfera contratual não podem alterar, por ato unilateral, termos de concessões alheias. A ratio decidendi desses julgados reforça a premissa de que o sistema concessório exige estabilidade regulatória, coerência institucional e respeito ao locus competente para modificar encargos e obrigações.

A violação ao princípio da segurança jurídica é manifesta e cristalina. O concessionário, o poder concedente, o órgão regulador e os usuários operam sob expectativa legítima de que alterações substanciais do regime econômico do serviço serão implementadas mediante os instrumentos jurídicos adequados, a saber, iniciativa legítima, estudos técnicos, avaliação regulatória, previsão orçamentária e, se necessário, recomposição contratual.

Quando o Legislativo, por iniciativa parlamentar, amplia gratuidades à margem dessa cadeia decisória, produz-se instabilidade normativa e litigiosidade potencial, comprometendo a confiabilidade institucional da prestação do serviço.

Há, igualmente, compressão do princípio da continuidade do serviço público, porque a expansão de benefícios desacompanhada da correspondente engenharia financeira pode agravar a precarização do serviço, reduzir capacidade operacional, intensificar conflitos de execução contratual ou ainda precipitar demandas por reequilíbrio em ambiente já crítico com o existente.

A continuidade não protege apenas a manutenção formal da circulação de ônibus; ela exige sustentabilidade material do sistema. Medidas normativas que sobrecarreguem o arranjo econômico sem prévia compensação real põem em risco esse dever.

Também se identifica afronta ao princípio da boa administração, entendido como dever de adotar soluções adequadas, proporcionais e tecnicamente calibradas. A boa administração repudia a imposição legislativa de encargo econômico sobre concessão já tensionada, sem análise concreta de impactos, sobretudo em momento de acentuada judicialização e de questionamento público sobre a higidez do contrato e da prestação como temos visto.

Assim sendo o referido Projeto de Lei, apresenta vício material de interferência indevida no regime jurídico da concessão, por alterar, sem base procedimental e institucional adequada, a equação econômico-financeira do transporte coletivo. Estão comprometidos os princípios da segurança jurídica, da continuidade do serviço público e da boa administração, com relevante risco de judicialização por desequilíbrio contratual.

(...)

#### **6 – Dos riscos jurídicos decorrentes das ações populares em curso e da temeridade de novas subvenções em contexto de intervenção judicial**

Este tópico exige tratamento mais denso porque o contexto superveniente de judicialização do sistema de transporte coletivo altera substancialmente a avaliação de juridicidade, conveniência e risco institucional da proposição.

Segundo a consulta formulada, há a Ação Popular n.º 0813705-14.2026.8.12.0001, de autoria do Vereador Maicon Nogueira, questionando subvenções e benefícios ao sistema como atos lesivos à administração. A existência desse processo também aparece em registros públicos indexados e em notícias locais que o relacionam à tentativa de barrar benefícios econômicos ao Consórcio Guaicurus.

De outra parte, há elemento objetivo ainda mais grave: a Ação Popular n.º 0866877-02.2025.8.12.0001, relativa à intervenção no sistema de transporte coletivo.

Essa referência não decorre apenas da narrativa da consulta. Ela é corroborada por ato oficial do Município, publicado em Diário Oficial, que menciona expressamente decisão liminar proferida nos autos da referida ação popular e afirma que ela determinou ao Município a instauração de procedimento administrativo prévio à intervenção do Contrato de Concessão n.º 330/2012. O mesmo número

processual aparece em documento administrativo público que vincula a abertura de procedimento à necessidade de cumprimento da decisão judicial ali proferida.

Essa moldura altera qualitativamente o risco jurídico. Em situação ordinária, a discussão sobre subsídio ou ampliação de gratuidade já exigiria cautela reforçada. Em situação de intervenção judicial em curso ou em fase de implementação procedimental, a concessão de novas subvenções ou a ampliação de gratuidades passa a ser ainda mais sensível, porque pode configurar interferência direta ou oblíqua no objeto da tutela jurisdicional.

Se o Judiciário determinou a instauração de procedimento voltado à intervenção contratual, é porque identificou, em cognição própria, indícios relevantes de comprometimento da regularidade, da execução ou da fiscalização do serviço.

Inserir, nesse exato contexto, nova vantagem econômica, nova compensação pública ou nova pressão financeira sobre o sistema significa alterar os pressupostos materiais em que a própria decisão judicial está sendo executada.

A gravidade aqui não é meramente política; é jurídico-processual e constitucional. A Administração Pública está sujeita ao princípio da juridicidade, que compreende não apenas a submissão à lei em sentido estrito, mas também o dever de conformidade com decisões judiciais.

Em contexto de intervenção determinada judicialmente ou pre-intervenção, a outorga de novas subvenções ou a ampliação de gratuidades sem compatibilização expressa com o procedimento interventivo pode ser lida como conduta incompatível com o dever de cooperação institucional, com o respeito à autoridade da decisão judicial e com a boa-fé objetiva da Administração perante o juízo da 2ª Vara de Direito Difusos.

A adoção de nova subvenção em ambiente de intervenção pode contaminar a própria racionalidade do controle judicial. A intervenção busca, em regra, apurar a execução do contrato, reordenar a governança, identificar falhas, dimensionar desequilíbrios e reconstituir parâmetros de regularidade.

Se, simultaneamente, o Poder Público amplia benefícios econômicos ou impõe novas gratuidades ao sistema, altera-se o cenário fático-financeiro sobre o qual o controle jurisdicional está incidindo. Isso pode frustrar a transparência do diagnóstico interventivo, embaralhar a aferição de responsabilidades e até comprometer a utilidade da medida judicial. Em termos simples, novas subvenções, nesse cenário, podem funcionar como fator de interferência material no processo de intervenção.

Sob o prisma dos princípios administrativos, há violação potencial ao princípio da moralidade administrativa, porque a concessão de novo benefício econômico em ambiente judicializado e sob intervenção pode revelar descompasso entre a gravidade do quadro apurado e a resposta normativa pretendida.

Há ofensa ao princípio da prudência administrativa, extraído da legalidade, moralidade, eficiência e tutela do patrimônio público, pois a Administração não pode incrementar obrigações ou vantagens financeiras em cenário de instabilidade contratual extrema sem antes consolidar diagnóstico técnico, regulatório e judicial.

Existe também tensionamento do princípio da supremacia do interesse público primário, já que a prioridade, no momento, deve recair sobre a regularização, transparência e reestruturação do serviço, e não sobre a expansão apressada de encargos cujo custo e efeito institucional são incertos.

A conexão com a Ação Popular n.º 0813705-14.2026.8.12.0001 torna o quadro ainda mais delicado. Se já existe demanda popular especificamente voltada a questionar subvenções e benefícios ao sistema, a aprovação de nova expansão de gratuidade tende a ser imediatamente incorporada ao contencioso como evidência de reiteração de conduta potencialmente lesiva, ampliando o risco de suspensão judicial da medida, de responsabilização por afronta à economicidade e de judicialização em cascata.

Ainda que se discutisse, em tese, a legitimidade de futura política pública de subsídio, é juridicamente imprudente fazê-lo por iniciativa parlamentar, sem estudo de impacto e em paralelo a ações populares que atacam justamente o uso de recursos públicos no mesmo setor.

Em síntese, a situação já não é a de um sistema ordinariamente regulado, mas a de um serviço público essencial submetido a intensa contestação judicial, com procedimento oficial instaurado em cumprimento de decisão que determinou a abertura do caminho interventivo.

Nessa conjuntura, qualquer subvenção adicional ou ampliação de gratuidade não é apenas financeiramente sensível, ela é juridicamente temerária, porque pode representar interferência direta na execução da decisão judicial da Ação Popular n.º 0866877-02.2025.8.12.0001, além de reforçar o objeto litigioso da Ação Popular n.º 0813705-14.2026.8.12.0001.

O cenário de ações populares em curso produz risco jurídico qualificado e agravado. A existência de procedimento oficial instaurado em cumprimento da decisão proferida na Ação Popular n.º 0866877-02.2025.8.12.0001 torna temerária a concessão de novas subvenções ou a ampliação de gratuidades, por potencial interferência direta na execução da decisão judicial interventiva, com comprometimento dos princípios da moralidade administrativa, prudência, juridicidade, segurança institucional e proteção ao patrimônio público.

Paralelamente, a Ação Popular n.º 0813705-14.2026.8.12.0001 intensifica o risco de suspensão judicial e de imputação de lesividade administrativa à medida.

#### **CONCLUSÃO**

Diante do exame técnico-jurídico realizado, conclui-se que o Projeto de Lei n.º 12.333/2025 apresenta quadro de invalidade e risco institucional em múltiplos níveis.

Em primeiro lugar, a proposição incorre em vício formal de iniciativa, por tratar de matéria inserida na reserva de administração do Poder Executivo, com inequívoca repercussão sobre a organização, a gestão e o financiamento do serviço público municipal de transporte coletivo.

Em segundo lugar, o projeto padece de vício material de inconstitucionalidade orçamentária e fiscal, por não apresentar estimativa idônea de impacto orçamentário-financeiro, nem fonte concreta e suficiente de custeio, em afronta ao art. 113 do ADCT e ao regime de responsabilidade fiscal.

Em terceiro lugar, a ampliação da gratuidade interfere de forma indevida na equação econômico-financeira da concessão, vulnerando a segurança jurídica, a continuidade do serviço e a boa administração, sem a necessária mediação técnico-regulatória e contratual.

Em quarto lugar, é juridicamente inviável imputar à AGETTRAN qualquer obrigação de criação, custeio ou implementação financeira da medida, por absoluta incompetência material da autarquia, cuja atuação deve permanecer estritamente circunscrita ao seu rol legal.

Por fim, e de forma particularmente grave, o contexto das ações populares em curso notadamente a Ação Popular n.º 0866877-02.2025.8.12.0001, que motivou procedimento oficial voltado à intervenção no contrato de concessão, e a Ação Popular n.º 0813705-14.2026.8.12.0001, voltada ao questionamento de subvenções e benefícios ao sistema tornam temerária qualquer aprovação de nova medida subvencional ou ampliação de gratuidades neste momento, sob risco de interferência material na execução da decisão judicial interventiva e de agravamento do contencioso sobre lesividade ao erário e à administração pública.

Assim, a conclusão técnica é pela inviabilidade jurídica da proposição, recomendando-se SEU VETO TOTAL, ou, subsidiariamente, que qualquer política pública correlata somente seja ENCAMINHADA AO do Poder Executivo, acompanhada de estudo técnico, avaliação regulatória, estimativa formal de impacto orçamentário-financeiro, definição expressa da fonte de custeio e compatibilização prévia com o cenário judicial e interventivo atualmente incidente sobre o sistema de transporte coletivo de Campo Grande”.

Desta forma, vislumbra-se que, embora a relevância da proposição, houve manifestação pelo veto total ao Projeto de Lei, por razões jurídicas explanadas pela PGM, AGEREG e AGETTRAN.

Assim, não resta outra alternativa que não a do veto total, para o qual solicitamos de V. Exa., e dos nobres Pares que compõem esse Poder Legislativo o devido acatamento à sua manutenção.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

**MENSAGEM n. 21, DE 17 DE ABRIL DE 2027.**

**EMENTA: ANÁLISE JURÍDICA – PROJETO DE LEI N. 11.573/25 – INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS, A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – MANIFESTAÇÃO DO CHEFE DO EXECUTIVO NOS TERMOS DO ART. 42 DA LOM – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE –VETO PARCIAL AO INCISO II DO ART. 2º, VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE TEMÁTICA**

Senhor Presidente,

Com base nas prerrogativas estabelecidas no § 1º do art. 42 e no inciso VII, do Art. 67, ambos da Lei Orgânica do Município, comunicamos a essa egrégia Câmara, por intermédio de V. Exa., que decidimos vetar parcialmente no Projeto de Lei n. 11.573/25, que “Institui, no âmbito do Município de Campo Grande - MS, a Política Municipal de Proteção da Mulher e dá outras providências.”

O Projeto de Lei em análise estabelece objetivos e diretrizes voltados à proteção das mulheres, à preservação de espaços e estruturas destinadas a esse grupo e à promoção de medidas administrativas voltadas à implementação da política pretendida.

Compreendido o contexto em que o projeto de lei se coloca, é preciso avaliar sua viabilidade sob a perspectiva jurídico-formal e jurídico-material.

No aspecto jurídico-formal, examina-se a competência legislativa do ente proponente, a iniciativa adequada para a matéria tratada, a observância do devido processo legislativo e a conformidade com os princípios constitucionais, especialmente os da legalidade, separação dos poderes e hierarquia normativa.

A proteção das mulheres constitui objetivo constitucional legítimo e juridicamente relevante. O ordenamento brasileiro admite e exige ações estatais voltadas ao enfrentamento da violência, do constrangimento, da desigualdade estrutural e das múltiplas vulnerabilidades historicamente incidentes sobre as mulheres.

Contudo, ao se analisar o disposto no inciso II do art. 2º, que assim dispõe: II - promover a concorrência em igualdade biológica de condições nos critérios de avaliação de certames públicos municipais, bem como nas práticas esportivas que contemplarem testes de aptidão física, verificou-se a inconstitucionalidade material pelo desvio de finalidade normativa.

Temos ainda que a tentativa de regular critérios específicos para certames e testes de aptidão física, ainda que a proposta veiculada possa ser considerada relevante, sob o prisma da segurança jurídica sua disciplina demanda projeto de lei próprio, específico e autônomo, voltado à realização de certames.

A manutenção do dispositivo no corpo da lei pode ensejar insegurança jurídica, dificuldades interpretativas e questionamentos futuros quanto à extensão normativa.

Desta forma, faz-se necessário o veto parcial por razão de segurança jurídica e coerência normativa, sem prejuízo de que a matéria seja oportunamente tratada em diploma normativo próprio, resguardado o interesse público e a conveniência administrativa, sendo o veto parcial medida que se impõe.

Assim, não resta outra alternativa que não a do veto parcial ao inciso II do art. 2º, para o qual solicitamos de V. Exa., e dos nobres Pares que compõem esse Poder Legislativo o devido acatamento à sua manutenção.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES**  
Prefeita Municipal

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### AGÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

**PORTARIA EMHA n. 465, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**DISPÕE ACERCA DA CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES E FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS – EMHA**

**A Diretora-Presidente Em Exercício da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários - EMHA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar, por mais 15 (quinze) dias, os efeitos da PORTARIA EMHA n. 463, de 1º de abril de 2026, publicada no DIOGRANDE n. 8.277.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de abril de 2026, com efeito até 07 de maio de 2026.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**GRAZIELA JANAÍNA DA SILVA**  
Diretora-Presidente Em Exercício da EMHA

## ATOS DE PESSOAL

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**RESOLUÇÃO “PE” SESAU n. 1.116, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:**

**DESIGNAR** o servidor JULINEI HERAO FERREIRA, matrícula n. 424924/04, para desempenhar a função de Coordenador Geral I, na Gerência Financeira, da Superintendência de Finanças e Orçamento em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no inciso I, do art. 6º, do Decreto n. 15.951, de 4 de junho de 2024, no período de 17 de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2028.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**MARCELO LUIZ BRANDÃO VILELA**  
Secretário Municipal de Saúde

**RESOLUÇÃO “PE” SESAU n. 1.117, DE 17 DE ABRIL DE 2026.**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, resolve:**

**DESIGNAR** o servidor JULINEI HERAO FERREIRA, matrícula n. 424924/04, para desempenhar a função de Coordenador Geral III, na Gerência Financeira, da Superintendência de Finanças e Orçamento em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no inciso III, do art. 6º, do Decreto n. 15.951, de 4 de junho de 2024, no período de 17 de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2028.

**CAMPO GRANDE-MS, 17 DE ABRIL DE 2026.**

**MARCELO LUIZ BRANDÃO VILELA**  
Secretário Municipal de Saúde